



# Diagnóstico Social e Educativo do CONCELHO DE OEIRAS

RELATÓRIO PRELIMINAR



*David Justino  
Rui Santos  
Rita Rosa*





## Síntese

---

O presente Diagnóstico Social e Educativo do Concelho de Oeiras constitui o primeiro relatório de carácter preliminar visando identificar os grandes traços característicos deste Concelho e dos problemas que mais o afectam no domínio educativo.

O nível de abordagem é a unidade concelho e a metodologia adoptada centrou-se na análise de um conjunto diversificado de indicadores que permitem situar os pontos fortes e fracos relativamente ao país e, com maior atenção, ao conjunto dos cinco municípios que integram a Rede ESCXEL.

Um segundo relatório será elaborado até ao final do presente ano de 2008 privilegiando uma análise mais detalhada ao nível da escola e do agrupamento que poderá proporcionar uma perspectiva mais rigorosa e mais esclarecedora desses problemas.

O aspecto mais saliente na análise realizada sobre a realidade socioeducativa do Concelho de Oeiras é o contexto de assinalável dinamismo económico e demográfico evidenciado nos últimos 15 anos. O crescimento dos indicadores de desempenho económico está fortemente associado à atractabilidade do Concelho e a uma

intensificação dos influxos migratórios. O seu crescimento demográfico e o seu rejuvenescimento decorrem em grande parte desse dinamismo económico.

A principal consequência deste crescimento é um aumento assinalável da população residente em idade escolar e, consequentemente, da pressão sobre as infra-estruturas de ensino. É previsível que essa pressão se venha a manter, pelo menos na próxima década.

As projecções demográficas que pudemos esboçar apontam para um aumento dos efectivos demográficos a um ritmo superior ao da média nacional. Para além disso, a continuidade do rejuvenescimento populacional confere um grau de sustentabilidade a esse crescimento, por via, quer do crescimento natural, quer do movimento migratório.

Os fluxos migratórios trouxeram uma realidade social bem mais complexa a Oeiras, visto que estamos perante comunidades imigrantes provenientes do estrangeiro estabelecidas ao longo dos últimos 25 anos, a par de migrantes de concelhos limítrofes e de outros migrantes internos. Uma característica adicional: uma parte significativa desses imigrantes tem baixos níveis de instrução e integraram-se no mercado de trabalho através de segmentos menos qualificados (construção civil e serviços de baixa qualificação). Em contraste, é identificável o facto de parte significativa da população proveniente de outros concelhos apresentar qualificações mais elevadas, reforçando as disparidades entre o topo e a base da estrutura social.

Oeiras revela, assim, uma estratificação socioeconómica muito particular, com forte presença dos estratos sociais mais elevados e de classe média, que se destaca a nível nacional pelo elevado poder de compra e pelos altos níveis de qualificação e formação escolar. Esta marca não ilude, entretanto, a existência de algum dualismo social estruturado em torno de disparidades de rendimento e de escolarização, contrastando os estratos socioeconómicos e culturais elevados com a presença de uma percentagem ainda considerável de estratos médio-baixos e baixos, significativa à escala local, ainda que seja, de facto, a mais baixa do país.

Por outro lado, a existência, ainda que circunscrita, de segmentos que evidenciam situações de carência e risco de exclusão entre as crianças e jovens reflectem-se sobre as preocupantes situações de insucesso escolar: mau grado os baixos níveis de abandono e de saída escolar precoce, registam-se elevadas taxas de retenção nos dois ciclos iniciais do Ensino Básico e alguns outros resultados escolares

abaixo do que seria expectável, atendendo ao perfil socioeconómico do Concelho.

O problema central no Concelho de Oeiras será o facto de ao seu assinalável desenvolvimento económico e social não ter correspondido inteiramente idêntico desenvolvimento educativo. Este facto revela, por outro lado, que se trata de uma comunidade com elevado potencial de desenvolvimento educativo e uma superior margem de progressão nos resultados escolares, desde que se reúnam as condições propícias a essa evolução.

O micro-sistema de ensino local não parece ter encontrado repostas para o problema do insucesso escolar, revelando os indicadores disponíveis elevada retenção, especialmente no ensino básico e em estratos socialmente mais fragilizados.

Neste quadro, tornam-se compreensíveis os resultados obtidos nas provas nacionais do ensino básico e do secundário, menos preocupantes em termos absolutos, mas a merecerem redobrada atenção, em termos relativos, visto que os resultados obtidos, particularmente no ensino básico, estão aquém do que o perfil socioeconómico do concelho permitiria estimar.



## Evolução e Estrutura Demográficas

---

Dos cinco concelhos integrantes da Rede ESCXEL, o Concelho de Oeiras ocupa uma posição de destaque, não só pela sua dimensão demográfica, mas também pelo contrastante dinamismo demográfico que revela.

Com uma população estimada de 170 mil habitantes no ano de 2006, tem revelado uma taxa de crescimento populacional que se aproximou de 1% ao ano nos últimos quinze anos.

Este crescimento tem-se revelado **superior ao crescimento médio da Região da Grande Lisboa** onde se integra, o que faz com que **o seu peso relativo tenha passado de cerca de 7,9% em 1980 para cerca de 8,5% em 2006**. Como se poderá confirmar no Quadro 1 e pela Figura 1, **o ritmo de crescimento de 1991 até 2006 foi claramente mais acentuado que o verificado nos anos anteriores**.

Não sendo dos concelhos que mais cresceram na Região da Grande Lisboa, **a sua evolução sustentada permite prever que esse movimento tenderá a continuar**, como teremos oportunidade de comentar um pouco mais à frente.

QUADRO 1: POPULAÇÃO RESIDENTE, 1981-2006

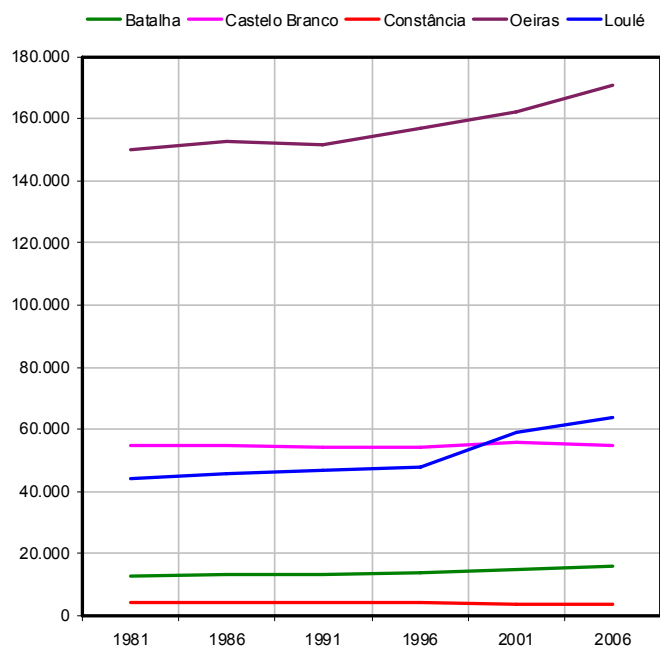
	1981	1986	1991	1996	2001	2006
<b>Batalha</b>	12600	13100	13329	13800	15002	15789
Taxa de crescimento anual médio		0,78	0,35	0,70	1,68	1,03
<b>Castelo Branco</b>	55000	54800	54310	54120	55708	54574
Taxa de crescimento anual médio		-0,07	-0,18	-0,07	0,58	-0,41
<b>Constância</b>	4000	4200	4170	4320	3815	3793
Taxa de crescimento anual médio		0,98	-0,14	0,71	-2,46	-0,12
<b>Loulé</b>	44300	45800	46585	47840	59160	63905
Taxa de crescimento anual médio		0,67	0,34	0,53	4,34	1,56
<b>Oeiras</b>	150000	152800	151342	157050	162128	170677
Taxa de crescimento anual médio		0,37	-0,19	0,74	0,64	1,03

FONTE: Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos e Anuários Estatísticos Regionais.

Nota: Os quantitativos da população para os anos intercensitários foram estimados pelo INE.

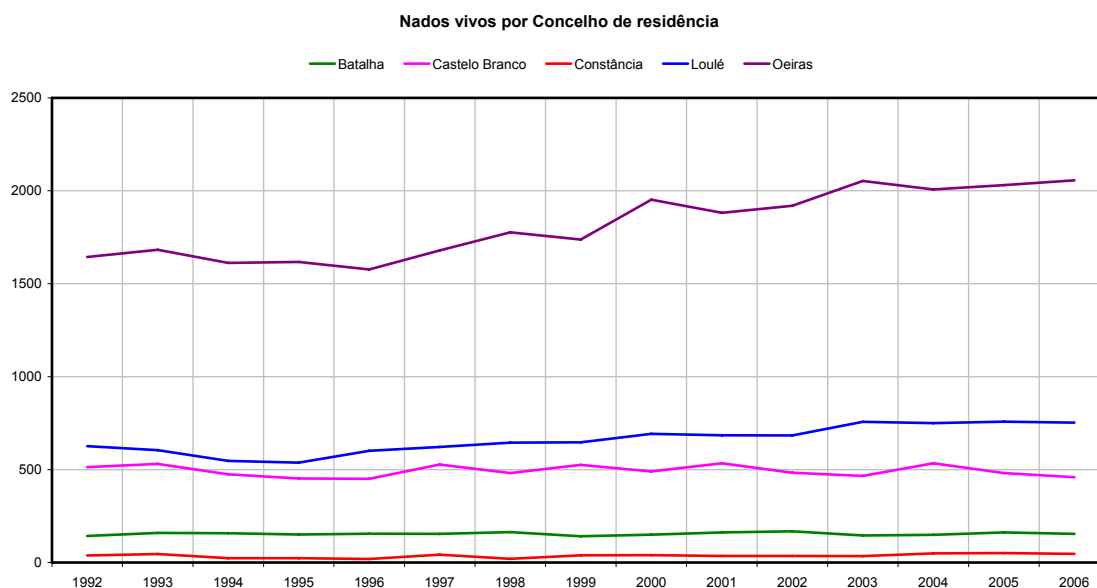
FIGURA 1

POPULAÇÃO RESIDENTE, 1981-2006



O diferencial detectado no dinamismo demográfico de cada concelho evidencia-se de forma mais clara nos registos de nascimentos da população residente.

FIGURA 2



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas. Portal de Estatísticas Oficiais.

No concelho de Oeiras, bem como no de Loulé, o aumento sustentado da população residente está associado a um aumento significativo dos nascimentos. Se confrontarmos a média dos quatro anos compreendidos entre 1992 e 1995 com a registada nos últimos quatro anos do período (2003-2006) verificaremos que o Concelho Oeiras, com 24% de aumento dos nascimentos registados, só foi ultrapassado pelo de Loulé (30% de aumento dos nascimentos registados).

Em Oeiras, o aumento do número anual de nascimentos ocorreu, com algumas oscilações pontuais, entre 1996 e 2006, colocando o sistema educativo local sob pressão demográfica constantemente crescente desde a segunda metade da década de 90 e que tenderá a continuar, salvo inversão dos fluxos migratórios que, como veremos, têm caracterizado a evolução demográfica do concelho nos últimos anos.

As taxas brutas de natalidade em 2006 reflectem esse dinamismo: Oeiras, tal como Constância e Loulé, apresenta valores próximos de 12 nascimentos por mil habitantes, enquanto Castelo Branco e Batalha apresentam valores inferiores a 10 nascimentos por mil habitantes. Assim, o aumento do número de nascimentos em Oeiras, bem como em Loulé, resulta do efeito combinado do aumento da população residente e de uma taxa de natalidade comparativamente elevada, no contexto dos concelhos estudados, ao passo que em Constância a taxa de natalidade não basta para compensar o efeito da perda de efectivos populacionais pelo número de nascimentos.

As fontes desse dinamismo demográfico poderão ser identificadas através do confronto entre as taxas de crescimento natural e de crescimento efectivo.

QUADRO 2: TAXAS DE CRESCIMENTO NATURAL E EFECTIVO NO ANO DE 2006

	Taxa de Crescimento Natural (%)	Taxa de Crescimento Efectivo (%)	Diferença TCE - TCN
Batalha	0,15	0,78	+ 0,63
Castelo Branco	-0,46	-0,43	+ 0,03
Constância	0,05	-0,11	- 0,16
Loulé	0,13	1,21	+ 1,08
<b>Oeiras</b>	<b>0,43</b>	<b>0,61</b>	<b>+ 0,18</b>

FONTE: INE, Anuários Estatísticos Regionais.

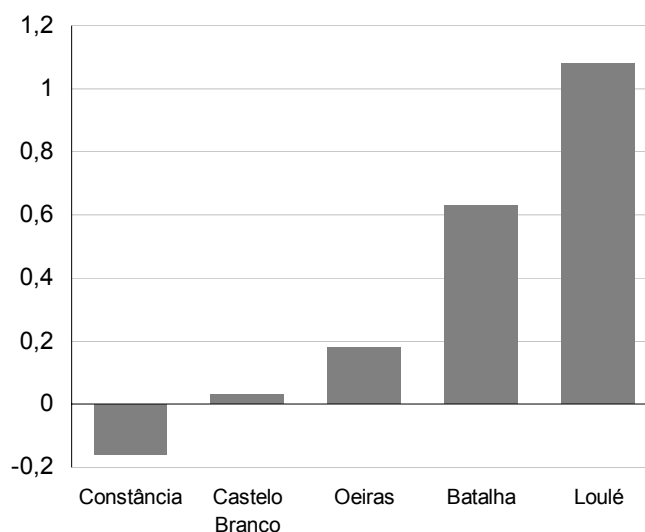
Os concelhos onde a taxa de crescimento efectivo é claramente superior à de crescimento natural deixam revelar o peso dos fluxos migratórios: Oeiras está entre eles, superado por Batalha e sobretudo por Loulé, que constitui o caso mais marcante de atracção migratória. Em Castelo Branco os dois indicadores são próximos e no caso de Constância é ainda inferior ao seu crescimento natural, já de si reduzido, indiciando uma situação de repulsão migratória.

Ainda que admitamos a existência de sub-registo, e apesar de se terem passado já 7 anos, o Censo de 2001 fornece-nos alguns indicadores sobre fluxos migratórios que importa considerar.

O peso relativo dos residentes provenientes de fluxos migratórios internos ou externos é maior nos casos de Oeiras e Loulé, facto que os diferenciais de crescimento de origem migratória que atrás assinalámos para 2006 confirmam manter-se. Entretanto, Loulé singularizava-se em 2001 pelo peso particularmente elevado de imigrantes de origem estrangeira, ao passo que o **stock de migrantes residentes em Oeiras tinha predominantemente origem interna (devendo notar-se que estes números ocultam, no caso de Oeiras, a presença de elevado número de residentes descendentes de imigrantes estrangeiros, mas já nascidos em solo concelhio).**



**FIGURA 3**  
Crescimento de origem migratória  
(TCE-TCN, % da população residente, 2006)

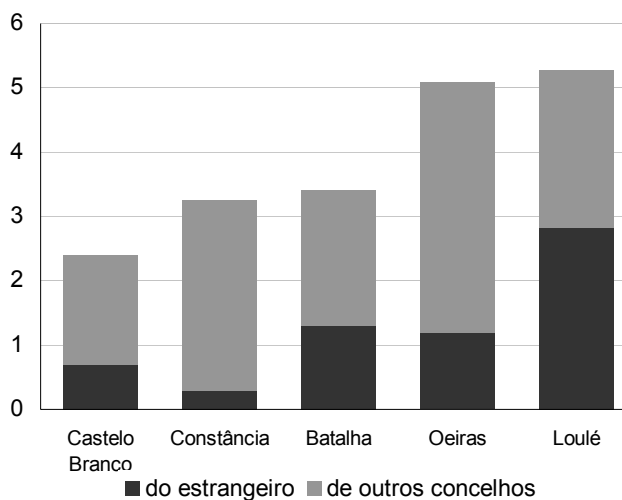


**QUADRO 3: MIGRANTES PROVENIENTES DE OUTROS CONCELHOS E DO ESTRANGEIRO NA POPULAÇÃO RESIDENTE, 2001**

	Imigrantes de Outros Concelhos	% do Total da População Residente	Imigrantes do estrangeiro	% do Total da População Residente	População residente
Batalha	317	2,11	193	1,29	15002
Castelo Branco	949	1,70	383	0,69	55708
Constância	113	2,96	11	0,29	3815
Loulé	1447	2,45	1668	2,82	59160
<b>Oeiras</b>	<b>6300</b>	<b>3,89</b>	<b>1941</b>	<b>1,20</b>	<b>162128</b>

FONTE: INE, *Censos 2001*

**FIGURA 4**  
Migrantes de origem interna (outros concelhos do País) e externa (estrangeiro) (% da população residente, 2001)



O reflexo do diferencial de dinâmicas demográficas é bem patente nas estruturas etárias dos cinco concelhos:

QUADRO 4: ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR CONCELHO (% da população total, 2006)

	Grupos Etários			
	0-14	15-24	25-64	65 e +
Batalha	15,43	12,31	53,98	18,28
Castelo Branco	13,05	10,49	53,67	22,78
Constância	14,26	11,42	53,84	20,49
<b>Oeiras</b>	<b>15,08</b>	<b>10,08</b>	<b>57,96</b>	<b>16,88</b>
Loulé	15,61	10,95	54,30	19,14

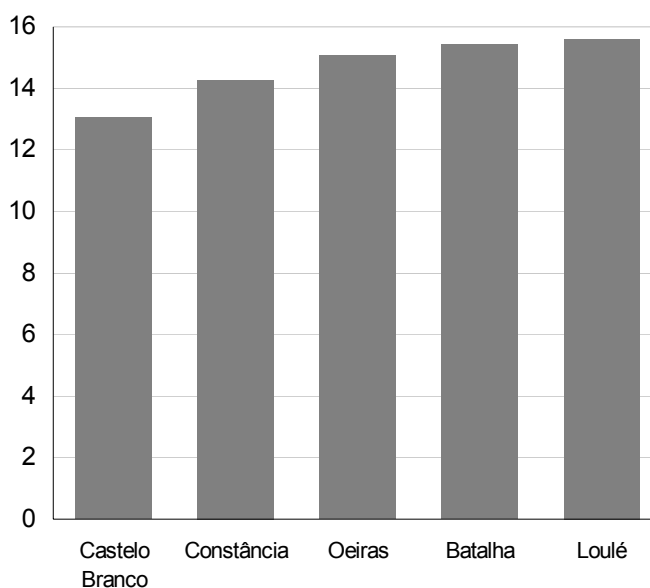
FONTE: INE, Anuários Estatísticos Regionais

**Oeiras é um dos três concelho da rede que apresentam maior peso dos grupos etários mais jovens, nas faixas etárias correspondentes à frequência normal da Educação Pré-escolar e do Ensino Básico, após Loulé e Batalha, cabendo a Constância e especialmente a Castelo Branco percentagens consideravelmente mais baixas destas camadas etárias infantis e juvenis.**

Mais do que as proporções relativamente à população residente, é a evolução dos números absolutos que pressiona o parque e a organização escolar, pelo que analisamos de seguida o crescimento da classe etária entre os 0 e os 14 anos desde 1991, com particular atenção na última década.

FIGURA 5

Percentagem da população residente nos concelhos da rede com idade entre 0 e 14 anos (2006)



QUADRO 5: Número de residentes com idade entre os 0 e os 14 anos, 1991-2006

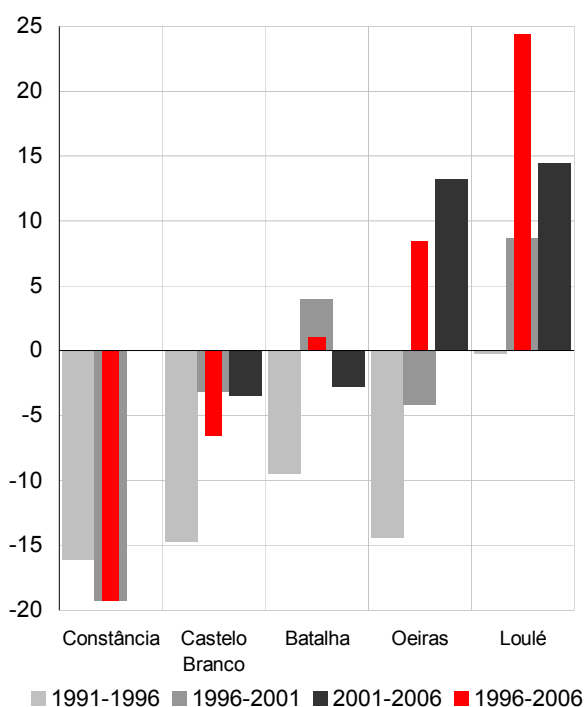
	1991	1996	2001	2006
Batalha	2663	2410	2507	2436
Castelo Branco	8941	7620	7379	7123
Constância	799	670	541	541
Loulé	8042	8020	8719	9978
<b>Oeiras</b>	<b>27728</b>	<b>23730</b>	<b>22728</b>	<b>25738</b>

Fonte: INE, Censos e Anuários Estatísticos Regionais

**A população da faixa etária considerada aumentou 2008 indivíduos em Oeiras entre 1996 e 2006**, pouco menos do que em Loulé no mesmo período (1958). Dada a diferença dos números em 1996, Loulé foi, destacadamente, o concelho em que a população desta faixa etária mais cresceu durante o último decénio (24%), quase o triplo do verificado em Oeiras. Nos restantes concelhos da rede, o crescimento foi residual (na Batalha) ou negativo – fortemente negativo no caso de Constância, onde regrediu 19% durante o período de referência.

Porém, em termos absolutos, **é Oeiras que apresenta maiores quantitativos de população em idade escolar**. Se considerarmos a sua evolução desde 1991, registe-se a quebra verificada até 2001 e a surpreendente recuperação que os dados de 2006 revelam, coincidente com o aumento sustentado dos nascimentos entre 1999 e 2003. Este aumento, a que se segue uma estabilização nos últimos quatro anos da série, permite antever que se manterá alguma pressão sobre o parque escolar durante os próximos anos.

**FIGURA 6**  
Crescimento da população residente com idade entre 0 e 14 anos (1991-2006)

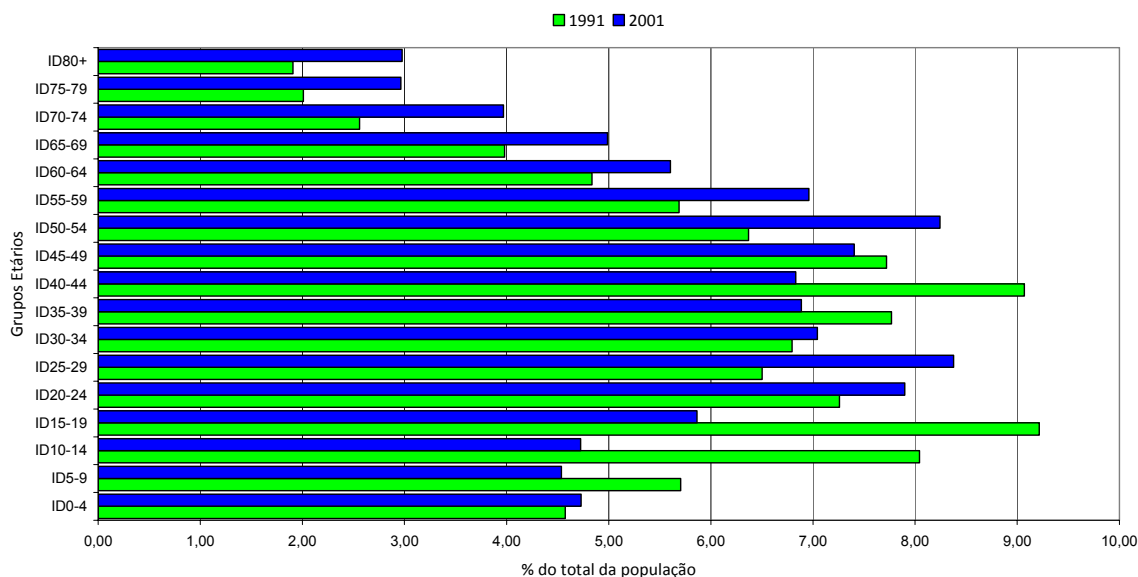


Assim, podemos concluir que, entre os concelhos da Rede, Loulé foi sem dúvida aquele cujas infra-estruturas e organização escolares (nos níveis etários da educação pré-escolar e do Ensino Básico e provavelmente, por arrastamento, também do Ensino Secundário nos anos mais recentes) se defrontaram mais abruptamente com uma pressão demográfica sem precedente, num relativamente curto lapso temporal. **Oeiras terá tido o impacto imediatamente mais considerável.**

Uma leitura mais fina da evolução da estrutura etária da população residente em Oeiras, entre os valores censitários de 1991 e 2001, permite-nos caracterizar melhor as dinâmicas diferenciadas que se registaram na década de 90.

FIGURA 7

CONCELHO DE OEIRAS - ESTRUTURA ETÁRIA, 1991 e 2001



Fonte: INE, *Censos 1991, 2001*

Comparando as estruturas etárias nos dois últimos anos censitários, 1991 e 2001, é possível detectar algumas das alterações mais relevantes:

1. Identifica-se um duplo movimento de envelhecimento: no topo pelo aumento do peso da população mais idosa e na base pela redução da população mais jovem (até aos 20 anos)
2. Houve aumento significativo do peso relativo da população residente em idade activa mais jovem (nos grupos dos 20 aos 34 anos), o que poderá ser associado a movimentos migratórios de jovens na primeira fase de idade activa.
3. Manteve-se praticamente estável, com ligeiro crescimento, o peso relativo das crianças com menos de 5 anos, o que representa uma recuperação face ao registado em períodos anteriores decerto apoiada no aumento de activos jovens referidos no ponto antecedente, e que, considerando o que atrás foi dito a propósito do crescimento natural, poderá configurar uma recuperação sustentada das taxas brutas de natalidade.

Considerando a informação já analisada, a hipótese explicativa mais plausível centra-se no reforço da população activa, em grande parte de origem migratória com uma larga proporção de imigrantes provenientes do estrangeiro, que terá sustentado o crescimento demográfico registado durante a década de 80 e 90. Foi esse surto migratório que permitiu recuperar as taxas de natalidade na

passagem do século (o grupo 0-4 recuperou da quebra verificada nos anos anteriores da década de 90) e, conforme exposto no gráfico do movimento de nados vivos (fig. 2), alimentou durante os anos da actual década o crescimento sustentado dos nascimentos.

É estimável, a partir da confirmação desta hipótese, a manutenção ou um ligeiro aumento da pressão da procura escolar durante os próximos anos.

É precisamente o impacto demográfico contingente dos fluxos migratórios na última década que dificulta sobremaneira a construção de projecções a médio e longo prazo para o Concelho de Oeiras.

A metodologia que entendemos como mais adequada assenta na recuperação das estimativas oficiais do INE para a região da Grande Lisboa até 2050 e na relação observada entre 1980 e 2005, da evolução da população residente no Concelho de Oeiras, relativamente à da população da região.

Partimos do princípio que a população residente em Oeiras, à semelhança do observado desde 1980, crescerá ligeiramente acima do ritmo de crescimento da população da Região da Grande Lisboa. Porém, tendo passado de 7,8% da população regional em 1980 para 8,4% em 2005, prevemos que o diferencial entre os dois ritmos de crescimento tenda a atenuar-se nas próximas décadas. Destaque-se o facto de as estimativas populacionais do INE para a Grande Lisboa não serem muito animadoras, prevendo uma inversão da tendência positiva para negativa a partir de 2010. **No caso de Oeiras, depois de atingir um patamar próximo dos 170 mil habitantes, a manterem-se as actuais tendências, o seu peso na região tenderá sempre a aumentar, mesmo que o total de residentes possa diminuir a partir de 2025. Assim, os valores estimados são os seguintes:**

**QUADRO 6: PROECÇÃO ESTIMADA DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE OEIRAS, 2005-2050**

	2005	2010	2015	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050
População	169.645	169.842	170.867	170.622	169.701	168.539	167.422	165.422	163.317	160.855
% da População Da AM Lisboa	8,43	8,44	8,48	8,52	8,55	8,58	8,61	8,63	8,66	8,68

Fonte: Cálculo do CESNOVA sobre projecção do INE, Estimativas da População, 2005-2050.

Nota: Os cálculos foram feitos tendo por base a relação da população residente no Concelho de Oeiras com os efectivos na Região da Grande Lisboa observados entre 1980 e 2005, expressos em percentagem, projectados pela equação  $Y=0,3128*LNx + 7,8314$ , com um coeficiente de regressão de 0,96.

O impacto deste crescimento sobre a evolução da população escolar será objecto de novas estimativas a realizar proximamente. Porém, **não é expectável que o crescimento demográfico do concelho,**

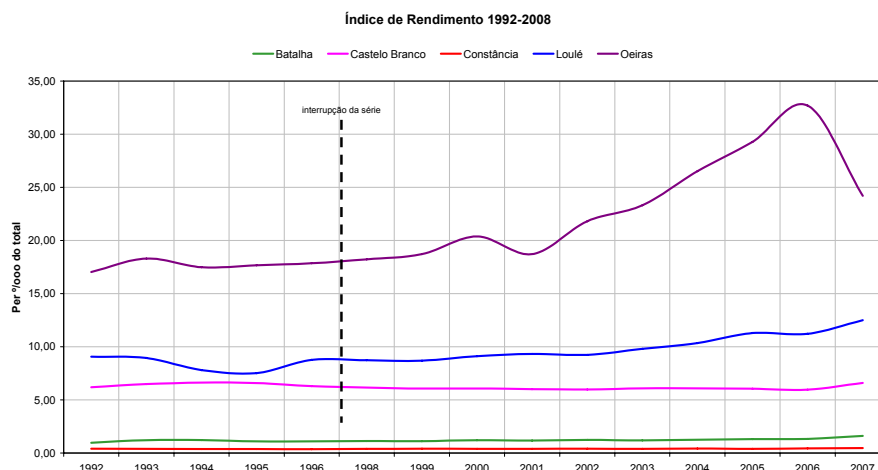
**especialmente o resultante do crescimento dos fluxos imigratórios, venha a manter o mesmo ritmo observado nas duas últimas décadas. O mesmo já não poderemos dizer das migrações internas, que poderão continuar a sustentar um crescimento acima do que é estimável, resultante da atractividade do Concelho.**



## Estratificação socioeconómica

O contexto de desenvolvimento de cada um dos cinco concelhos da Rede é fortemente sustentado pela dinâmica de crescimento económico local. A diferenciação detectada no dinamismo demográfico de cada um dos cinco concelhos (especialmente na evolução da população residente e das taxas de natalidade) não traz qualquer surpresa que considerarmos os indicadores de dinamismo económico. Um desses indicadores é o Índice de Rendimento (Fonte: Marktest):

FIGURA 8





Oeiras e Loulé distinguem-se dos restantes concelhos não só pelos níveis médios mais elevados, mas também pelo crescimento que têm vindo a revelar durante a última década.

**No caso de Oeiras, a evolução dos índices de poder de compra e de rendimento é coincidente na identificação de uma primeira fase de crescimento lento durante a década de 90, uma aceleração entre 2001 e 2006 e uma surpreendente quebra em 2007 cuja origem não é possível, por agora, identificar.**

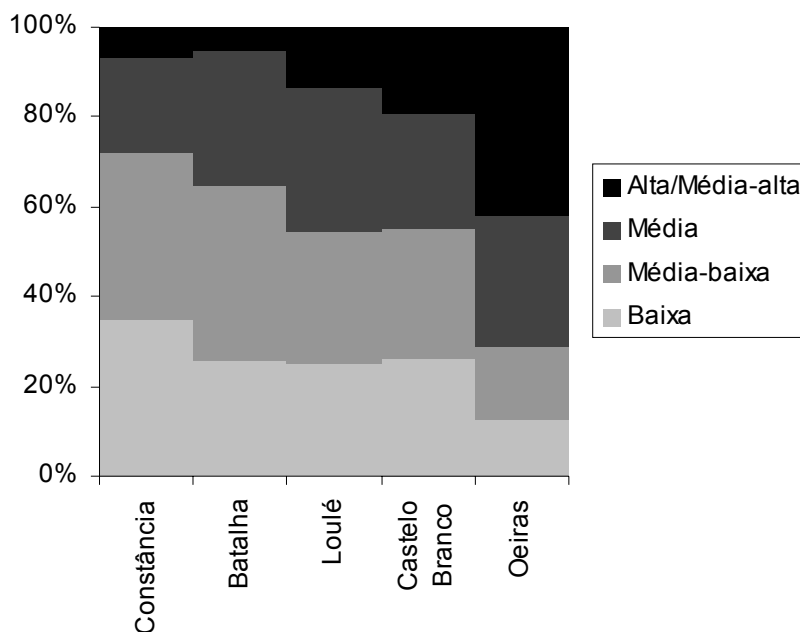
É neste contexto de mudança diferenciada que importa analisar as diferentes formas de estratificação.

Recorrendo às formas mais elementares de estratificação socioeconómica da população residente poderemos ter uma perspectiva da diversidade de estruturas sociais de cada concelho.

**O Concelho de Oeiras apresenta uma estratificação socioeconómica muito acima do perfil, quer do conjunto dos concelhos da Rede, quer do próprio país. O peso maioritário das classes Alta, Média-Alta e Média, que representam 70% da população residente (41% de classes média-alta e alta), não encontra paralelo à escala nacional.**

Figura 9

Estratificação por categorias socioeconómicas dos Concelhos da rede (2004)



Fonte: Marktest (Sales Index)

Este tipo de distribuição reflecte-se do mesmo modo quando analisamos as distribuições de algumas das variáveis que influenciam a estratificação social.

No caso da escolaridade média da população adulta, identificada *grosso modo* com o que o que designamos por “geração dos pais” (35-59 anos em 2001) o respectivo indicador para cada concelho é representado pelo gráfico na figura 10.

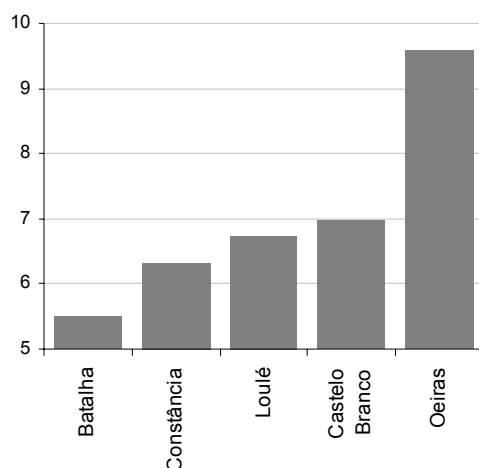
**Quer no indicador Escolaridade Média da População Adulta quer no Indicador do Poder de Compra, Oeiras ocupa uma posição destacada no conjunto dos concelhos da Rede, certamente por via da recomposição da sua estrutura socioprofissional a par do crescimento económico anteriormente comentado, no sentido da constituição de um sector terciário altamente exigente em capital humano.**

Numa posição intermédia encontramos os Concelhos de Loulé e Castelo Branco, mas com uma pequena diferença entre os dois indicadores: Loulé revela maior poder de compra e menor escolarização. Esta pequena diferença assenta, provavelmente, nos diferentes tipos de classe média observáveis em Loulé e em Castelo Branco. O facto de este último ser sede de distrito e beneficiar da presença de um número significativo de activos associados à oferta de serviços públicos de elevada qualificação, beneficia-o na escolaridade média, mas desvaloriza-o no poder de compra por relação ao núcleo de classe média empresarial de Loulé, assente nas indústrias turística e da construção civil.

FIGURAS 10 E 11

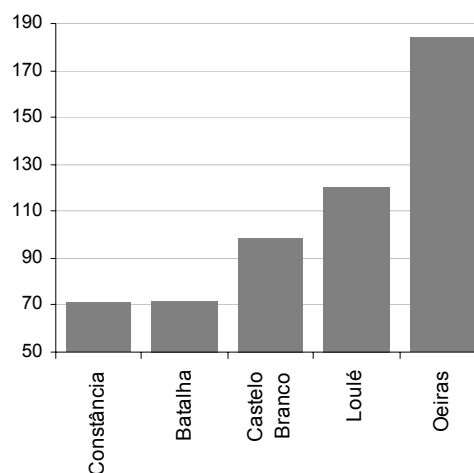
**10 - Escolaridade Média da População Adulta (35-59 anos) em 2001**

Fonte: INE, Censos 2001



**11 - Índice de Poder de Compra 2002**

Fonte: INE



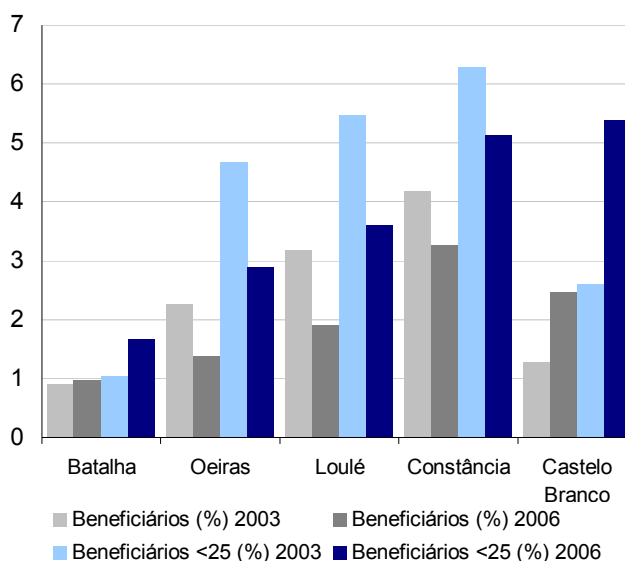
Dois outros indicadores ajudam-nos a compreender um pouco melhor a existência de grupos sociais com alguma vulnerabilidade, para a partir daí enquadrar o problema dos contextos sociais associados ao desempenho escolar. Casos extremos dessa vulnerabilidade são os oficialmente reconhecidos como estando em carência económica aguda e em risco de exclusão social, enquanto beneficiários dos sistemas de apoio social ao rendimento (Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e, desde 2004, Rendimento Social de Inserção (RSI)).

Na figura 12, podemos observar o valor percentual dos beneficiários do RMG e do RSI, respectivamente em 2003 e 2006, no total da população residente e na população com idade até 24 anos.

**Oeiras apresenta valores de incidência abaixo da média no que respeita ao peso relativo da população beneficiária de RMG e de RSI, mas em contrapartida revela uma incidência maior dos beneficiários que são crianças e jovens. Dada a relativa escassez da classe baixa (apenas 12,8%), este indicador sugere que no contexto de uma população de elevado rendimento médio, o segmento mais desfavorecido se revela, por contraste, especialmente carenciado, em particular nas camadas mais jovens.**

**FIGURA 12**

Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (2003) e do Rendimento Social de Inserção (2006) (em % da População Residente nos concelhos da rede, total e com idade inferior a 25 anos)



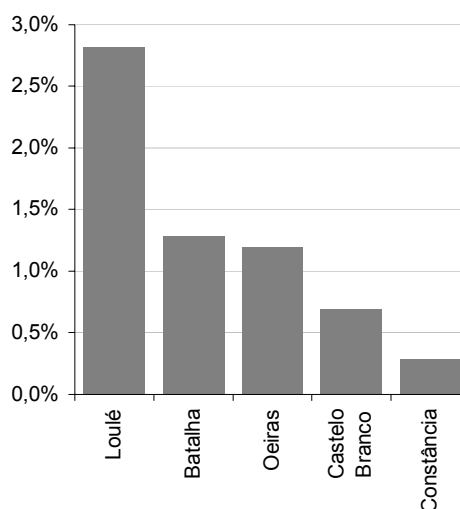
Fonte: MTSS/IESS, Estatísticas da Segurança Social

Em 2006, seja por alterações efectivas das condições socioeconómicas de parte da população, seja por efeito de mudanças de critérios de atribuição do RSI relativamente ao RMG, a percentagem de beneficiários na população total baixou para 1,4% e na população com menos de 24 anos, para 2,9%. Comparativamente, portanto, a posição de Oeiras, no respeitante à parte da sua população de crianças e jovens em situação oficialmente reconhecida como de carência e risco de exclusão, não sendo excessivamente preocupante e apresentando-se menos crítica em 2006 do que em 2003, não deixa de constituir uma situação a merecer a atenção reforçada.

Na figura 13, ordenam-se os concelhos em função do peso da população imigrante (nascida fora de Portugal) no total da população residente, em 2001.

FIGURA 13

Imigrantes provenientes do estrangeiro (% da População Residente nos concelhos da rede, 2001)



Fonte: INE, *Censos 2001*

Neste indicador, e em conformidade com os elementos anteriormente aduzidos sobre o crescimento demográfico, Loulé surge em primeiro lugar. Tal deve-se em grande parte ao facto de se tratar de fluxos imigratórios relativamente recentes, acentuados na segunda metade da década de 90, **comparativamente a Oeiras em que os fluxos migratórios antecederam os de Loulé em uma década e o peso dos seus descendentes nascidos em Portugal não é captado pelo indicador.**



## Desempenho Escolar

---

Os indicadores de desempenho escolar que utilizaremos neste diagnóstico preliminar para cada um dos concelhos da Rede ESCXEL são valores médios. É natural que num mesmo concelho venham a ser identificadas desigualdades muito acentuadas a escalas menores de agregação dos dados, especialmente nos grandes concelhos. Essas desigualdades registadas no desempenho escolar serão analisadas de forma mais aprofundada no diagnóstico que realizaremos futuramente para o nível escola. Por ora, interessa-nos destacar ordens de grandeza e descrever relações entre variáveis que só o nível concelhio permite realizar.

As primeiras variáveis - abandono escolar, saída escolar precoce e retenção – fazem destacar as expressões de “ineficiência” educativa manifestadas pela não conclusão e/ou frequência da escolaridade obrigatória, pelo não prosseguimento de estudos para o ensino secundário nem para outras vias de formação certificada, bem como as taxas brutas de retenção por cada ciclo escolar. A estes indicadores juntaremos as percentagens de respostas correctas nas

provas de aferição do 4.º e do 6.º anos e as médias das classificações de exames do 9.º e do 12.º anos de escolaridade.

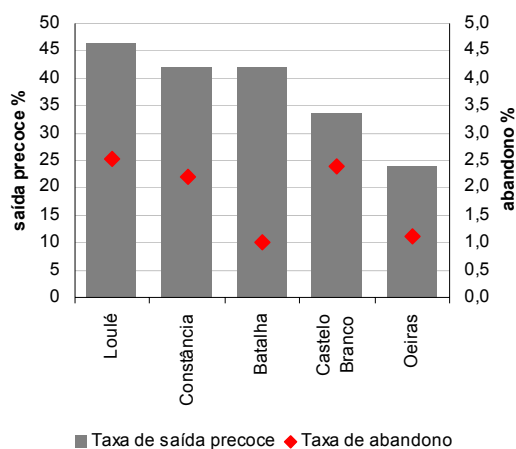
Começamos pelos indicadores de abandono escolar e saída escolar precoce. A maior parte dos estudos que têm como objecto estes indicadores tendem a associá-los com o estatuto social, quer dos alunos, quer das respectivas famílias, traduzindo muitas vezes essa relação estatística numa relação causal: o baixo capital familiar dos alunos é uma das causas do abandono e da saída escolar precoce. A maior parte dos modelos confirmam essa relação, mas ignoram o efeito de mecanismos sociais intervenientes, nomeadamente dos processos de transição do sistema de ensino para o mercado de trabalho. O cruzamento das oportunidades localmente diferenciadas de emprego juvenil com a propensão (individual ou familiar) para dar prioridade ao ingresso no mercado de trabalho o mais cedo possível no ciclo de vida (diferenciada pelo estatuto socioeconómico, mas também pelo género e certamente por outras variáveis contextuais) continua a funcionar como um catalisador da decisão de abandonar a escolaridade e, em muitos casos, como factor de retenção, traduzindo esta um abandono antecipado, apenas adiado pela limitação da idade legal de entrada no mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, convém confrontar aqueles indicadores com o nível de empregabilidade dos jovens, medida pela taxa de emprego dos activos com menos de 25 anos.

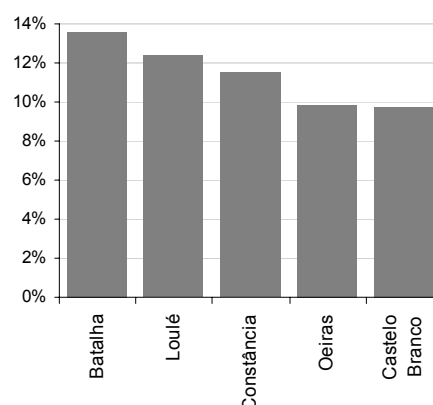
A taxa de abandono escolar em Portugal apresenta valores que poderemos considerar residuais (2,7% para o ano de 2001, o que nos faz estimar um valor inferior a 2% para anos mais recentes). Consistindo na percentagem dos residentes com idade compreendida entre os 10 e os 15 anos que não se encontram a frequentar qualquer estabelecimento de ensino, a taxa de abandono reflecte a eficácia da cobertura da escolaridade obrigatória.

## FIGURAS 14 E 15

14 - Taxas de abandono e de saída precoce do sistema de ensino (2001)



15 - Taxa de emprego de jovens (15-24 anos) (2001)



Fonte: INE, *Censos 2001*

Como poderemos constatar, todos os concelhos da Rede apresentavam valores inferiores ao total nacional, apresentando-se mais próximos deste os concelhos de Loulé, Constância e Castelo Branco, e com valores significativamente mais baixos, próximos de 1%, os de Oeiras e Batalha.

Os valores são muito mais elevados no tocante à saída precoce do sistema de ensino, que traduz a situação de interrupção de estudos ou de formação para lá da idade da escolaridade obrigatória. Este indicador consiste na percentagem de residentes do grupo etário 18-24 anos que, à data do recenseamento (2001), não tinham concluído o Ensino Secundário, nem se encontravam a frequentar qualquer curso de ensino ou de formação profissional. O valor nacional deste indicador situava-se em 2001 nos 45%, e era de longe o mais elevado na União Europeia, cujo valor agregado era de 18% (o segundo valor mais elevado deste indicador, o de Espanha, era de 29%).

**Oeiras singulariza-se pela positiva, como o único concelho da Rede abaixo de 30% relativamente à saída precoce em 2001 – ainda assim um valor muito elevado por padrões europeus, especialmente se tida em conta a elevada composição socioprofissional da sua população residente.** Loulé, por seu lado, com 46% neste indicador, singulariza-se na Rede por ultrapassar o indicador nacional, seguido de perto por Constância e Batalha, ambos com 42%.

É interessante registar que os três concelhos com maiores taxas de saída escolar precoce são precisamente aqueles que apresentavam também mais elevadas taxas de emprego jovem, enquadrando-se no modelo explicativo da empregabilidade como factor de não conclusão

da escolarização secundária. **Oeiras, com menos de 10% de jovens até aos 24 anos inseridos no mercado de trabalho, ocupa neste indicador a quarta posição.**

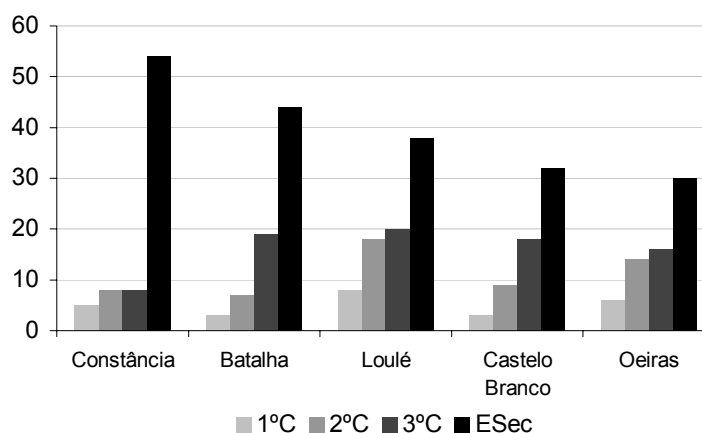
Associadas a estes dois indicadores, **também as taxas de retenção nos diferentes ciclos de escolaridade do Ensino Básico foram, em Oeiras, das mais elevadas no conjunto dos cinco concelhos da rede em 2003, com especial destaque para o 2.º e 3.º ciclos de escolaridade. No Ensino Secundário, pelo contrário, verifica-se uma acentuada redução da retenção comparativamente aos restantes Concelhos da Rede, facto a que não será alheia a elevada selectividade dos ciclos antecedentes: a selecção social e escolar relativamente ao Ensino Secundário em Oeiras faz-se, aparentemente, no trajecto e à entrada, mais do que no próprio ciclo de estudos.**

Com efeito, e como se poderá constatar nos gráficos seguintes, as taxas de retenção tendem, em todos os concelhos da Rede, a aumentar com a sucessão dos ciclos de escolaridade, o que deixa transparecer a crescente selectividade do sistema de ensino. Contudo, esta selectividade plasma-se em perfis diferentes consoante os concelhos, seja quanto ao nível, seja sobretudo quanto à sua incidência no decurso do ciclo de vida escolar das crianças e dos jovens.

A análise das taxas de retenção por concelho permite destacar o carácter excepcional dos valores relativos a Constância – das mais baixas na escolaridade básica e a mais alta no ciclo de ensino secundário, neste caso uma experiência efémera e concentrada num único curso – e dos relativos a Batalha, aqui com especial atenção aos elevados valores da retenção no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.



**FIGURA 16**  
Taxas de retenção segundo o ciclo de escolaridade (2003)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais.

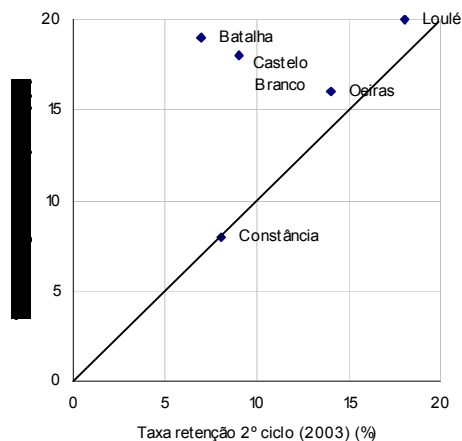
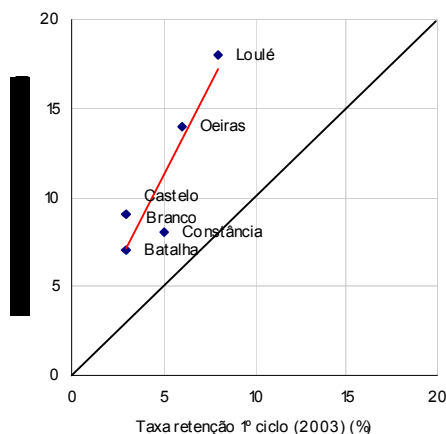
O perfil geral de distribuição da taxa de retenção pelos ciclos de estudos – elevada retenção no 1º ciclo (6%), salto brusco no 2º ciclo (14%) e pouca variação entre este e o 3º ciclo (16%) – aproxima Oeiras de Loulé, embora com níveis mais elevados neste último concelho. Dir-se-ia que, embora a população estudantil de Oeiras esteja em geral mais "protegida" da retenção que a de Loulé, é detectável, entre os dois concelhos, alguma afinidade de problemas no sucesso escolar nos primeiros ciclos do Ensino Básico – que talvez possam ser relacionados com outras características partilhadas, como o rápido crescimento da população residente em idade pré-escolar e escolar na última década, e a significativa presença de imigrantes provenientes do estrangeiro, em Loulé, ou de descendentes daqueles já nascidos no concelho, no caso de Oeiras. Este perfil de retenção é contrastante com os casos de Batalha e Castelo Branco, em que a taxa de retenção do 1º ciclo é muito baixa e o maior salto da do Ensino Básico ocorre no 3º ciclo. Contrasta ainda, principalmente, com Constância, onde a taxa de retenção foi muito baixa ao longo de todos os ciclos de estudos do Ensino Básico.

Entretanto, no Ensino Secundário Oeiras encontra-se numa posição favorável, melhorando consideravelmente face às taxas elevadas dos ciclos antecedentes. Aproxima-se, na relação entre as taxas de retenção do 3º ciclo e do Ensino Secundário, do perfil de Castelo Branco, se atentarmos em que Oeiras e Castelo Branco são os concelhos da rede que revelam taxas baixas de retenção do 3º ciclo e de saída precoce do sistema de ensino, bem como as taxas menos elevadas de empregabilidade de jovens, como vimos. Em ambos os concelhos, podemos admitir a hipótese de que a retenção não motiva acentuadamente a saída do sistema de ensino e de formação para ingresso em segmentos desqualificados do mercado de trabalho.

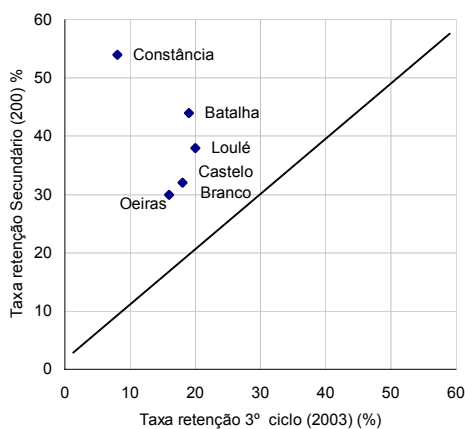
Ressalvando o pequeno número de casos, que faz com que qualquer relação estatística dificilmente seja significativa, é interessante observar que as taxas de retenção dos sucessivos ciclos de estudos aparecem largamente independentes entre si, em consequência dos diferentes perfis de selectividade dos concelhos. A excepção, aparentando uma relação muito forte, é a que se observa entre as taxas de retenção do 1º e do 2º ciclos. Não se limitam a comportar-se de modo paralelo; aparentemente, ao contrário do que o senso comum esperaria, a selectividade do 2º ciclo aumenta de modo ainda mais acentuado que a do 1º, num efeito cumulativo que penaliza sobremaneira o Concelho de Loulé e, ainda que em níveis diferentes, o de Oeiras, reforçando o que referimos quanto à homologia dos perfis de selectividade precoce destes dois concelhos.

#### FIGURAS 17 A 19

17 - Relação entre as taxas de retenção do 1º e do 2º ciclos (2003) 18- Relação entre as taxas de retenção do 2º e do 3º ciclos (2003)



19 - Relação entre taxas de retenção do 3º ciclo e do Ensino Secundário (2003)

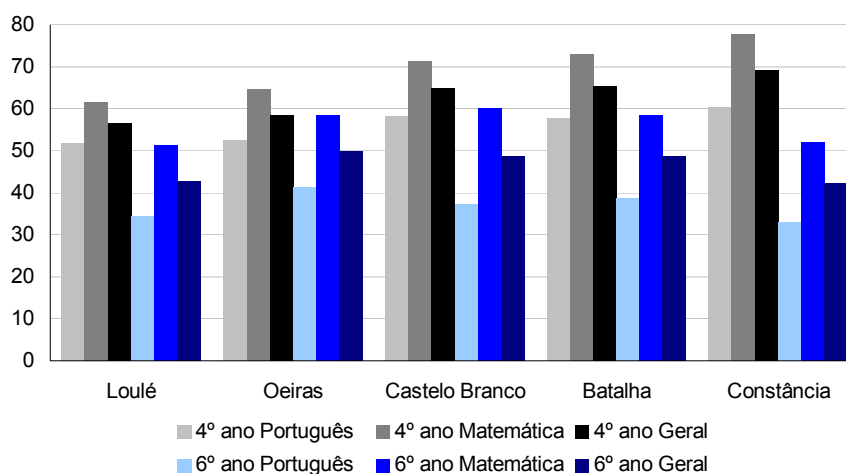


Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais.

Os resultados das provas de aferição e dos exames correspondentes aos diversos ciclos de estudos permitem uma outra abordagem aos resultados escolares alcançados em cada concelho, não necessariamente convergente com a anterior. Não só se trata de indicadores de natureza diferente – resumos de distribuições estatísticas dos resultados de provas individuais, ao invés de volumes de retenção no ano lectivo, resultantes de uma multiplicidade de instrumentos e parâmetros de avaliação – como a sua relação com a avaliação global e a transição dos alunos é variável: nula nas provas de aferição de 4º e 6º ano, marginal nos exames de 9º ano, algo mais determinante no caso dos exames do Ensino Secundário. Acresce que, até à data, só pudemos dispor das taxas de retenção concelhias referidas ao ano de 2003, ao passo que os resultados das provas de aferição e dos exames respeitam a 2007 – desfasamento temporal apesar de tudo menos grave do que parece, visto que as taxas de retenção dizem respeito a ciclos com duração normal de entre 2 e 4 anos.

O indicador de resultados das provas de aferição do 4º e do 6º ano foi construído por nós, a partir da informação cedida pelo Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE) do Ministério da Educação. Uma vez que os testes e os respectivos resultados não foram elaborados segundo uma lógica sumativa, não trabalhamos com verdadeiras classificações. A fonte cedida pelo GAVE fornece, por escola ou agrupamento de escolas de cada concelho, a percentagem de respostas completamente correctas em cada dimensão aferida nas provas de Português e de Matemática, segundo o ano de escolaridade, bem como o número de alunos que prestaram a prova. Foi assim possível agrupar os dados para a escala de análise concelhia visada neste relatório, simplesmente recalculando os totais de respostas correctas e as respectivas percentagens para o conjunto do concelho. As percentagens nas disciplinas de Português e de matemática são as observadas agregando as várias dimensões aferidas; a percentagem geral resulta da agregação das percentagens de Português e Matemática, ponderada para compensar o facto de as provas de Matemática terem 4 dimensões de aferição, enquanto as de Português apenas têm 3. É importante realçar que este indicador não pode ser lido em nenhum sentido absoluto de avaliação sumativa, uma vez que assenta na simplificação operada pelo GAVE que dicotomiza cada resposta como totalmente certa ou errada, sem qualquer gradação intermédia. Assim, menos de 50% de respostas totalmente certas não pode ser interpretado como uma "classificação negativa". O indicador fornece, isso sim, uma ordem de grandeza relativa e comparável, o "topo do iceberg" de resultados que presumimos que estará, em geral, correlacionado com a qualidade total das respostas.

**FIGURA 20**  
 Resultados das provas de aferição do 4.º e do 6.º anos (2007)



Fonte: GAVE

A primeira constatação geral oferecida pelos dados traçados na figura 20 reforça a ideia de selectividade crescente ao longo dos ciclos de estudo. Em todos os concelhos da Rede, os resultados das provas de aferição do 6.º ano foram significativamente mais baixos que os do 4.º ano. Tratando-se de provas de aferição, não é descabido reflectir sobre o que, analisadas em conjunto, permitem aferir quanto à sequencialidade e à gradualidade das aprendizagens nos ciclos de formação básica, ou às formas de as avaliar. A diferença situa-se, na média dos 5 concelhos, em menos 16% de respostas totalmente correctas no 6.º ano do que o verificado no 4.º, variando entre menos 9% em Oeiras, e menos 27% em Constância. **Oeiras é, em consequência, o concelho em que o desfasamento entre os resultados de aferição do 1.º e do 2.º ciclos ser revelou menor.**

Desagregando os dados por disciplinas, verificamos que tanto no 4.º como no 6.º ano, e em todos os concelhos, os resultados observados em Matemática são consistentemente melhores que os de Português, e que o abaixamento dos resultados no 6.º ano é muito maior na disciplina com resultados mais fracos, Português (menos 19% em média), do que na de Matemática (menos 14%). Esta constatação, que de algum modo inverte as percepções formadas no senso comum sobre as hierarquias de dificuldade das disciplinas e contradiz, como veremos, a distribuição dos resultados médios das duas disciplinas nos exames do 9.º ano, oferece-se como um objecto aliciante para futuras indagações.

No que respeita às posições relativas dos diversos concelhos da Rede nos resultados das provas de aferição, os dados denotam também bastantes divergências. O concelho com melhores resultados no 4.º ano, Constância, é o que apresenta os piores no 6.º ano; **o segundo**

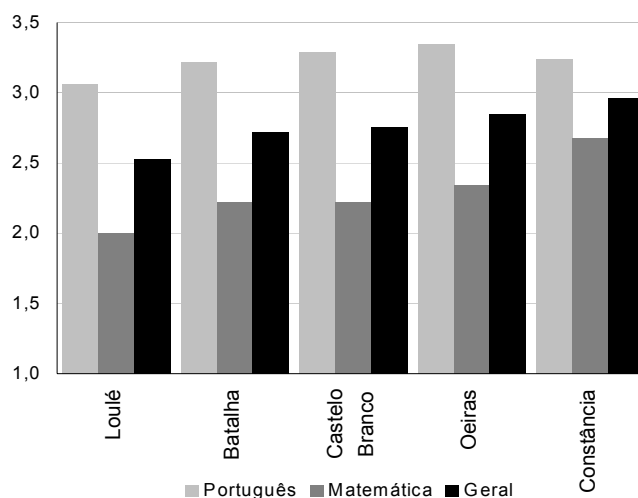
pior no 4.º ano, Oeiras, é o que tem melhores resultados no 6.º ano. As outras variações de posição relativa devem-se a diferenças pouco significativas.

Neste quadro geral, **e de modo consistente com o que já vimos acima relativamente às taxas de retenção no 1.º e no 2.º ciclos, Oeiras apresenta resultados baixos nas provas de aferição do 4.º ano (58,5% de respostas correctas) e dos mais elevados nas de 6.º ano (50%).**

Considerando agora as médias dos resultados dos exames nacionais do 9º ano, uma constatação geral é a de que se inverte a relação entre os resultados das disciplinas de Português e de Matemática. Esta última apresenta, em todos os concelhos, valores substancialmente inferiores no indicador do que a primeira. Salvaguardada a diferença de natureza dos dados, visto que neste caso, contrariamente ao das provas de aferição, lidamos com resultados de classificação de uma prova sumativa com uma escala ordenada e homogénea, reiteramos, ainda assim, a relevância do aprofundamento deste aparente contraste entre os ciclos de estudos do Ensino Básico.

Podemos constatar que é principalmente a variação dos resultados da prova de Matemática que dita a ordenação das médias por concelho. No que respeita à distribuição dos concelhos da Rede, uma vez mais nos surgem reordenados. O caso de Constância marca, uma de novo, o extremo superior da distribuição: apresenta as melhores médias de resultados gerais (2,96) e de Matemática (2,68), e a menor diferença entre os resultados da prova de Português e a de Matemática (0,56). São, sem dúvida, os resultados mais consistentes, para mais quando apresentou também as menores taxas de retenção neste ciclo de escolaridade. Este bom desempenho dos alunos de Constância retira a Oeiras a posição de topo que lhe tinham atribuído os resultados das provas de aferição do 6.º ano; **Oeiras ocupa assim a segunda posição, com uma média geral não muito inferior (2,85), inferioridade essa que se deve inteiramente ao fraco desempenho em Matemática (2,34), já que a média de Português (3,35) é a melhor de entre os concelhos da Rede.**

**FIGURA 21**  
Média das classificações dos exames de 9º ano (2007)



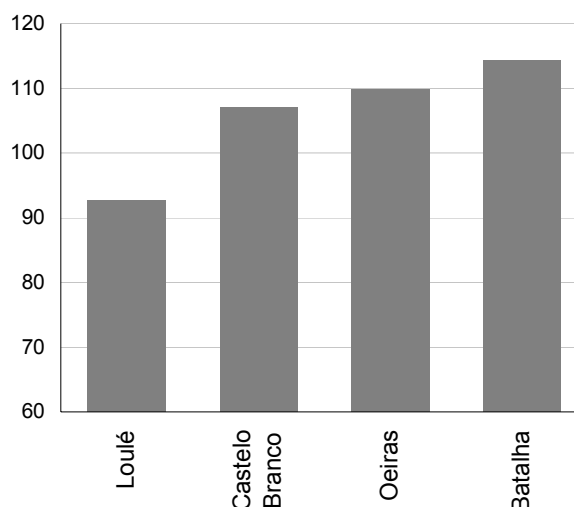
Fonte: ME, Júri Nacional de Exames.

Loulé, na situação oposta, apresenta os resultados mais modestos em qualquer das provas: 3,06 em Português e 2,00 em Matemática, com uma média total de 2,53.

Para quem se limitasse a tentar explicar os desempenhos educativos pelas condições económicas e sociais das famílias, decerto que Constância e Loulé contrariam essa relação, por motivos opostos. Em menor grau, **Oeiras, tal como Loulé, apresenta resultados aquém do que o seu nível económico e social poderia fazer esperar em comparação com os restantes concelhos da Rede, situando-se em posição inferior a Constância e pouco se destacando relativamente aos concelhos bastante menos favorecidos de Castelo Branco e Batalha.**

O mesmo poderemos concluir da leitura dos resultados dos exames do 12.º ano nos quatro concelhos de Rede em que a comparação é pertinente (durante o ano de 2007 não se realizaram provas no Concelho de Constância).

FIGURA 22  
Média das classificações dos exames do Ensino Secundário (2007)

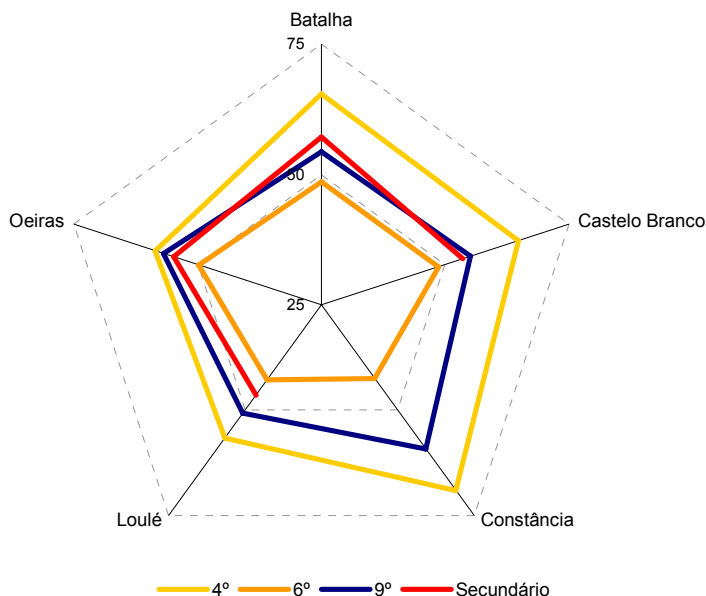


Neste caso é o concelho da Batalha a superar as expectativas, obtendo a melhor média de provas realizadas (114); um resultado que poderá, no entanto, ser um efeito de selecção a montante, se tivermos em conta que Batalha teve, em 2003, as segundas taxas de retenção mais elevadas no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, e que apresentava em 2001 a mais elevada taxa de saída precoce. **Oeiras ocupa, também aqui, a segunda posição, com a média de 110 pontos.**

Os perfis de resultados das várias provas aferidas nacionalmente revelam, uma vez mais, a diversidade existente nos concelhos da Rede. Para efeito desta comparação, as médias dos exames de 9.º ano e do Ensino Secundário foram padronizados numa escala de 100 pontos, homóloga da escala percentual em que são expressos os resultados das provas de aferição do 4.º e do 6.º anos.

Abstraindo dos níveis atingidos, já amplamente comentados, sobressai a variação entre a elevada heterogeneidade de resultados em Constância (devida ao grande contraste entre os baixos resultados das provas de aferição do 6.º ano e os altos resultados das provas nacionais do 4.º ano e do 9.º anos), num extremo, e a **relativa homogeneidade em Oeiras**, no outro. Num grau intermédio de heterogeneidade, Batalha singulariza-se por os resultados dos exames do Ensino Secundário serem mais elevados que os do 9.º ano. Loulé distingue-se de Batalha e Castelo Branco pela maior divergência da média dos exames do Ensino Secundário relativamente à dos do 9.º ano.

**FIGURA 23**  
Perfis de resultados das provas de aferição e exames (2007)



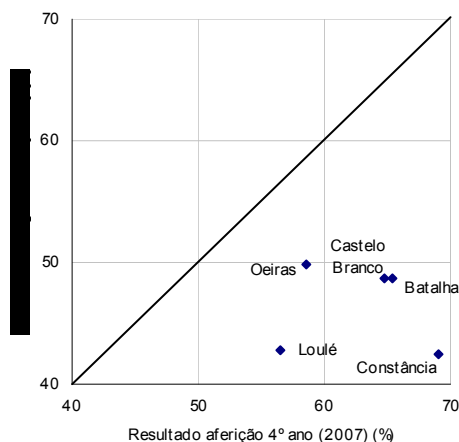
Dada esta diversidade de perfis, não é de estranhar que quase não se encontrem relações claras entre os resultados das provas nacionais de sucessivos ciclos de estudos. A exceção, no entanto, é constituída precisamente pelos resultados dos exames nacionais do 9.º ano e do Ensino Secundário, as provas nacionais de que dispomos com efectivo carácter de avaliação sumativa (uma vez mais, padronizados numa escala de 100 pontos).

Além de tornar, uma vez mais, evidente o carácter anómalo dos resultados das provas de aferição do 6.º ano nos concelhos da Rede (não só pelo seu desnível, mas também, e sobretudo, pelo carácter aleatório da sua distribuição relativamente aos do 4.º ano), as figuras abaixo levantam uma suspeita de maior relação entre os resultados de aferição do 6.º ano e os dos exames do 9.º ano, relação que seria quase perfeitamente linear, não fossem os resultados anormalmente baixos de Constância nos primeiros.

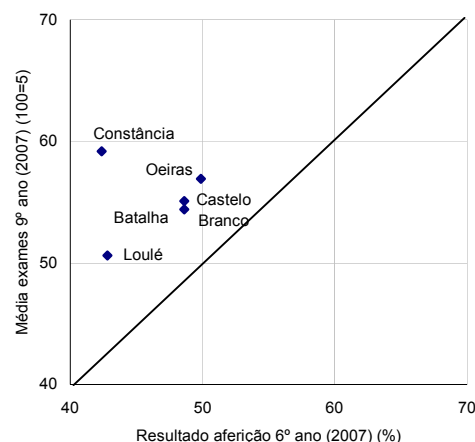


## FIGURAS 24 A 26

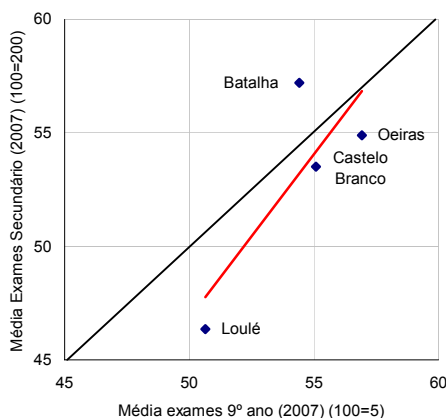
24 - Relação entre os resultados das provas de aferição do 4.º e do 6.º anos



25 - Relação entre os resultados das provas de aferição do 6.º ano e as médias dos exames do 9.º ano



26 - Relação entre as médias dos exames do 9.º ano e do Ensino Secundário



A confirmar-se esta hipótese à escala nacional, configurar-se-ia uma ruptura, em termos de resultados de aprendizagem aferidos, entre o 1.º ciclo do Ensino Básico, por um lado, e os 2.º e 3.º ciclos e o Ensino Secundário, por outro, que teriam entre si uma maior sequencialidade de resultados. Hipótese que merece indagação a maior escala, mas também acompanhamento à escala da Rede ao longo do tempo. No ponto temporal aqui observado, **Oeiras seria o concelho da Rede em que tal descontinuidade menos se faz sentir, dada a menor dissociação entre os resultados do 4.º e do 6.º anos, mas à custa de uma maior selectividade expressa pela elevada taxa de retenção.**

A posição de Loulé destaca-se, ao invés, pela grande descontinuidade entre os resultados das provas do 4.º e do 6.º anos, mas também na

relação entre as médias dos exames do 9.º ano e do Ensino Secundário, por estes serem particularmente baixos face aos primeiros, tomando por referência o padrão dos quatro concelhos observados.

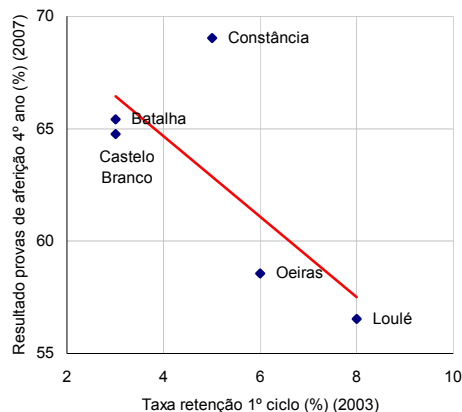
O cruzamento dos diversos indicadores de resultados escolares entre si, por níveis, mostra diferentes graus de consistência. Para isso contribuirão o desfasamento temporal entre os indicadores disponíveis de retenção e os de provas de aferição e exames, conforme referido acima, e o facto de trabalharmos com pontos temporais únicos num pequeno número de casos sujeitos a variações contingentes. Esperamos dispor em breve de informação mais completa para actualizar a relações aqui exploradas.

A informação disponível no presente sugere que, nos concelhos da Rede, os padrões de relação entre a retenção e os resultados das provas nacionais apenas são consistentes no 1.º e no 3.º ciclos. No 2.º ciclo a distribuição parece completamente aleatória, ao passo que nos quatro concelhos em que é observável, a relação no Ensino Secundário é contrariada pela média de exames incaracteristicamente elevada de Batalha, que, como já tivemos oportunidade de comentar e esta distribuição vem reforçar, parece basear-se num processo de selecção não só anterior, como durante a frequência deste nível de ensino.

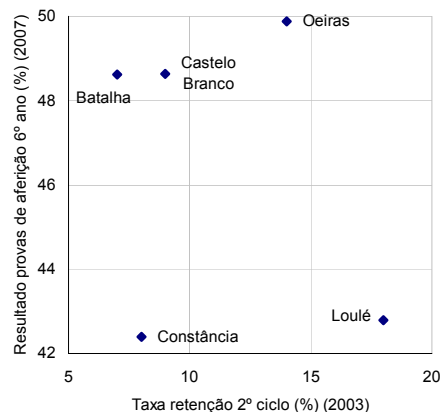
Onde emergem alguns padrões de conjunto, **Oeiras conforma-se com o do 1.º ciclo (isto é, o baixo resultado das provas de aferição é conforme, no conjunto, com a elevada taxa de retenção do 1º ciclo), mas salienta-se pela positiva no 3º ciclo, visto que a média dos exames do 9º ano melhora significativamente, verificando-se uma clara distinção entre a prestação dos alunos nos Exames de Português e de Matemática; no entanto, a boa prestação nos exames não é conforme com a elevada taxa de retenção no 3º ciclo.**

## FIGURAS 27 A 30

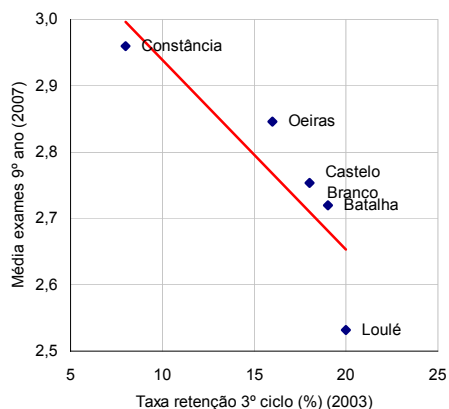
27 - Relação entre a taxa de retenção no 1.º ciclo (2003) e os resultados das provas de aferição do 4.º ano (2007)



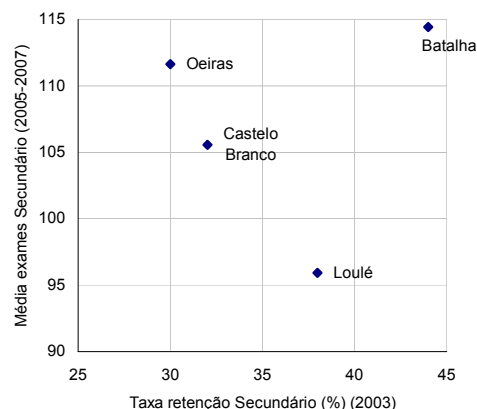
28 - Relação entre a taxa de retenção no 2.º ciclo (2003) e os resultados das provas de aferição do 6.º ano (2007)



29 - Relação entre a taxa de retenção no 3º ciclo (2003) e as médias dos exames do 9º ano (2007)



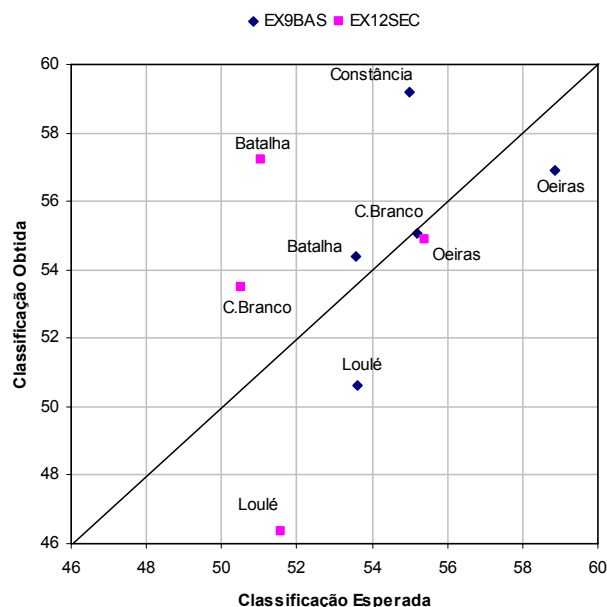
30 - Relação entre a taxa de retenção no Ensino Secundário (2003) e as médias dos exames do Ensino Secundário (média 2005-2007)



O confronto entre resultados efectivamente obtidos e os resultados esperados, atendendo ao nível de rendimento médio de cada concelho e ao nível de escolaridade da geração dos pais (as variáveis de contexto social que na análise à escala nacional revelaram, em conjunto, o mais elevado valor preditivo relativamente aos resultados escolares), permite-nos ainda identificar quais as situações a merecerem maior atenção. No Gráfico seguinte representam-se as classificações esperada e obtida nos exames do ensino básico (9.º ano) e do ensino secundário (12.º ano):

FIGURA 31

Exames do 9.º e do 12.º Anos Classificações Esperadas e Obtidas



Fonte: ME, Júri Nacional de Exames

A diagonal do quadrante representa a coincidência entre a classificação obtida e a esperada. Os pontos acima da diagonal representam os casos em que a primeira é superior à segunda, os pontos abaixo da diagonal o inverso. A distância medida sobre a diagonal dá-nos o diferencial entre as duas para cada concelho e para cada exame.

As situações que mais se afastam da diagonal, pela positiva, são as de Constância (Ensino Básico) e Batalha (Ensino Secundário). Em terceiro lugar temos Castelo Branco (Ensino Secundário).

**Na situação contrária**, o destaque vai para Loulé (Ensinos Secundário e Básico) e **Oeiras (Ensino Básico)**. Tratando-se dos dois maiores concelhos em termos de população escolar, é possível e previsível que se detectem fortes desigualdades internas na distribuição dos resultados, realidade que uma análise mais fina a desenvolver em próximo relatório poderá ajudar a esclarecer.

Digno de nota é também que, na maior parte dos casos, e quer os resultados observados sejam superiores ou inferiores aos esperados, a relação dos resultados dos exames do Ensino Secundário com os valores esperados evolui favoravelmente face à registada nos exames do 9.º ano. **Oeiras não é exceção, tendo os seus resultados nos exames do Ensino Secundário praticamente coincido com os**

esperados, enquanto os dos exames do 9º ano ficaram consideravelmente abaixo do esperado.



## Relações entre meio socioeconómico e resultados escolares

---

Um dos pilares dos modelos de avaliação de desempenho que pretendemos desenvolver no projecto ESCXEL é o da identificação de um conjunto de indicadores socioeconómicos que, directa ou indirectamente, permitam contextualizar os níveis de desempenho das escolas e dos seus alunos. O pressuposto teórico das relações que se estabelecem entre esses indicadores e o desempenho escolar tende a associar os capitais familiares como principal recurso ao dispor dos alunos, com o melhor ou pior desempenho escolar. A probabilidade de os alunos obterem melhores resultados escolares e um trajecto de escolarização mais longo é, neste pressuposto, tanto mais elevada quanto o forem os capitais económico e cultural das respectivas famílias. As políticas, estratégias e práticas para a inclusão escolar e o nivelamento das oportunidades escolares inscrevem-se, precisamente, contra este pano de fundo de tendências sociais, cujos resultados procuram minorar.

Como é compreensível, estas relações só são plenamente observáveis, na sua complexidade, em unidades de análise micro – na

relação do aluno com os seus recursos individuais e familiares, os resultados por ele obtidos e o contexto escolar onde se insere. Porém, dever-se-á colocar a hipótese de essas relações, de modo simplificado, serem pertinentes em unidade de análise de outras escalas, especialmente à escala meso, que, neste caso se identifica com os concelhos. Ou seja, existirá relação directa entre os contextos socioeconómicos concelhios e os resultados médios escolares?

Para responder a este problema recorreremos a um conjunto de variáveis que estão disponíveis para 234 concelhos portugueses. Ressalve-se, no que respeita à variáveis de desempenho escolar, que alguns dos concelhos portugueses não dispõem de estabelecimentos de Ensino Secundário – é presentemente o caso de Constância, entre os concelhos da Rede –, pelo que não poderão ser considerados na amostra quando estiver em observação a variável classificações de exames do Ensino Secundário.

Assim, construímos 17 variáveis, repartidas por variáveis de contexto socioeconómico e variáveis de desempenho escolar. Uma parte considerável dessas variáveis foi retirada da informação dos Censos 2001, pelo que as restantes foram, para efeitos de análise, referenciadas a datas o mais próximas que fosse possível. Eis a lista das variáveis utilizadas (as siglas entre parêntesis rectos são as utilizadas no diagrama factorial na figura 32):

#### 9 Variáveis de contexto socioeconómico:

1. Índice de Poder de Compra [IPC] (INE, 2002)
2. Escolaridade média da população com idades compreendidas entre os 35 e os 59 anos (identificável “grosso modo” com a geração dos pais das crianças em idade escolar)(INE, 2001) [ESCOLPAIS].
3. Desigualdade Educativa definida pela razão entre a escolaridade média dos 20% mais escolarizados com a dos 20% menos escolarizados, no grupo etário 35-59 anos [EDUDESIG] (INE, 2001).
4. Peso relativo (% do total) da Classe Alta e Média Alta (A e B) [CLSSAB] (Marktest, 2003).
5. Peso relativo (% do total) da Classe Média (C1) [CLSSC1] (Marktest, 2003).
6. Peso relativo (% do total) da Classe Média Baixa (C2) [CLSSC2] (Marktest, 2003).
7. Peso relativo (% do total) da Classe Baixa (D) [CLSSD] (Marktest, 2003).

8. Percentagem dos Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido no total da População Residente [RMG] (MTSS, 2003).
9. Taxa de Emprego dos Jovens residentes com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos [EMPJOV] (INE, 2001).

#### 8 Variáveis de desempenho educativo:

10. Média da Classificação de Exames do 9.º Ano de Escolaridade [CENBAS] (JNE-ME, 2007).
11. Média da Classificação de Exames de Português do 9.º Ano de Escolaridade [CENBASPT] (JNE-ME, 2007).
12. Média da Classificação de Exames de Matemática do 9.º Ano de Escolaridade [CENBASMAT] (JNE-ME, 2007).
13. Média do total de provas de exame do 12.º ano de Escolaridade [SESEC] (JNE-ME, 2007).
14. Taxa de Abandono Escolar [ABAND] (INE-ME, 2001).
15. Taxa Saída Escolar Precoce [SEP] (INE-ME, 2001).
16. Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Básico Regular [RETBAS] (ME, 2003-2004).
17. Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Secundário Regular [RETABSEC] (ME, 2003-2004).

O primeiro exercício centrou-se em identificar associações estatísticas relevantes entre as diferentes variáveis. Utilizámos para o efeito o método de análise factorial de componentes principais, cujas saturações em torno dos eixos principais estão representadas no gráfico seguinte. O comentário deste plano factorial guiar-nos-á na exploração das relações mais relevantes – seja pela existência de correlações estatisticamente significativas, seja pela sua ausência, quando esta seja inesperada ou relevante para a interpretação do conjunto.<sup>1</sup>

O eixo 1, que captura 43% da variância total das variáveis, define-se pela oposição entre, num extremo, o peso dos estratos superiores e médio na população concelhia, o poder de compra concelhio, o nível médio de escolaridade da "geração dos pais" e os resultados médios dos exames do 9.º ano e do Ensino Secundário; e, no outro extremo, o peso do estrato socioeconómico mais baixo, o grau de desigualdade educativa, o peso da população beneficiária de Rendimento Mínimo Garantido, a taxa de saída escolar precoce, a taxa de abandono escolar e a taxa de emprego de jovens. Assim, a lógica subjacente a este eixo é a da relação entre a desigualdade socioeconómica e a desigualdade de participação no sistema escolar,

---

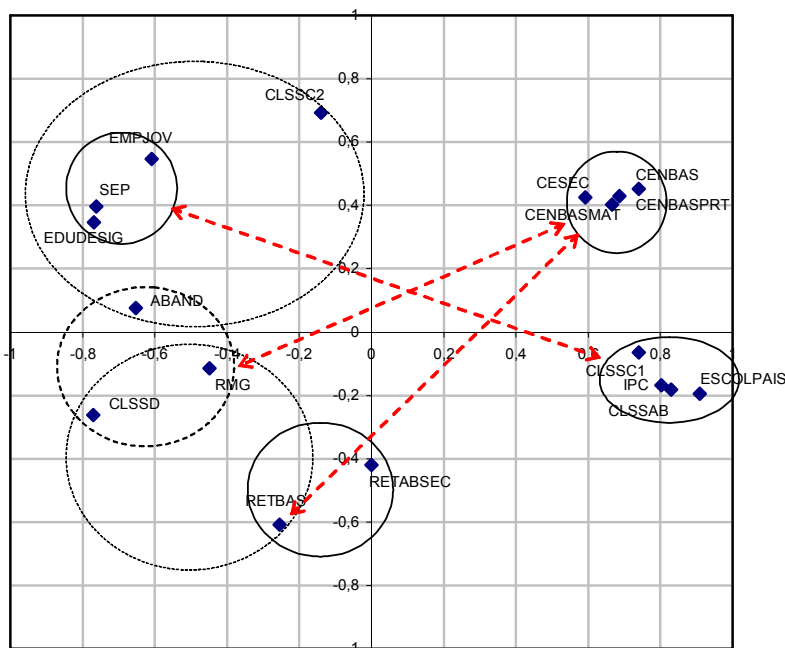
<sup>1</sup> Todas as correlações apresentadas são significativas ao nível de 99%.



incluindo os resultados escolares em avaliações não maleáveis aos contextos sociais (exames nacionais).

**FIGURA 32**

Análise Factorial de Componentes Principais - eixos 1 (Valor próprio 7,4, 43,3% da variância) e 2 (valor próprio 2,5, 14,9% da variância)

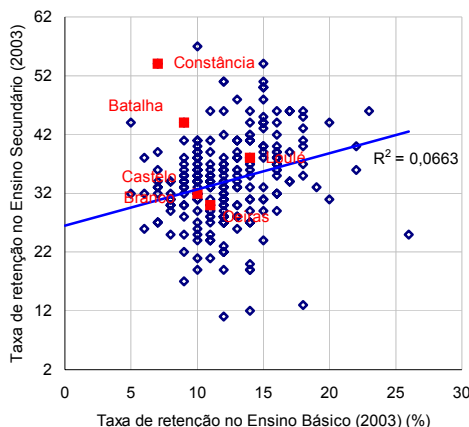


O segundo eixo, que captura 15% da variância total, é definido essencialmente pela variável retenção no Ensino Básico, que neste eixo se opõe ao peso do estrato médio-baixo na composição social concelhia e na combinação de ambos os eixos se opõe aos resultados dos exames nacionais do 9.º ano. Começamos por explorar as relações que estruturam esta segunda componente do plano factorial, para mostrar como ela se distingue da primeira e principal, introduzindo uma lógica diversa das desigualdades socioeconómicas. Os gráficos seguintes mostram essas relações, permitindo também visualizar a posição dos concelhos da Rede no universo dos concelhos portugueses.

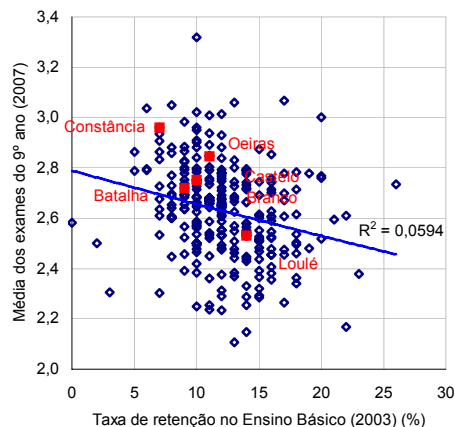
Em primeiro lugar, podemos constatar que as taxas de retenção nos Ensinos Básico e Secundário estão mais significativamente correlacionadas entre si do que com os resultados dos exames nacionais dos níveis respectivos. As médias concelhias dos exames do 9.º ano estão inversamente correlacionadas, quer com a taxa de retenção do Ensino Básico, quer com a do Ensino Secundário, em ambos os casos com correlações com significado estatístico, mas muito baixas. Por outro lado, não há sequer relação estatística significativa à escala concelhia entre as médias dos exames nacionais do Ensino Secundário e a taxa de retenção no mesmo nível de ensino.

### FIGURAS 33 A 36

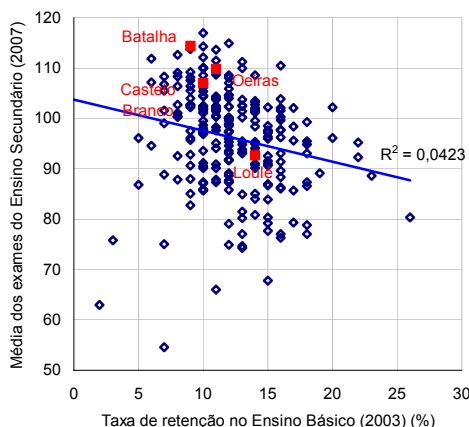
33 - Relação entre as taxas de retenção no Ensino Básico e no Ensino Secundário



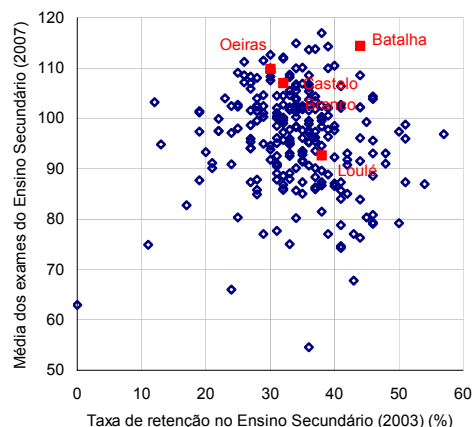
34 - Relação entre a taxa de retenção no Ensino Básico e a classificação média dos exames do 9.º ano



35 - Relação entre a taxa de retenção no Ensino Básico e a classificação média dos exames do Ensino Secundário



36 - Relação entre a taxa de retenção no Ensino Secundário e a classificação média dos exames do Ensino Secundário



O fenómeno retenção surge assim regido por uma lógica relativamente autónoma face à das provas nacionais, e na medida em que ambas se cruzam parece ser através dos factores condicionantes da retenção no Ensino Básico. Se pensarmos que o funcionamento dos exames nacionais é, por definição e ao contrário do funcionamento das organizações escolares, cego aos contextos socioeconómicos locais, não admira que os resultados dos exames apareçam associados às desigualdades sociais no eixo 1, enquanto o mesmo não acontece de modo tão óbvio com as taxas de retenção: estas resultam essencialmente da agregação de múltiplas decisões tomadas nas organizações escolares, por missão obrigadas a atender aos contextos socioeconómicos locais e a procurar compensar as desigualdades aí existentes, particularmente no Ensino Básico. O que

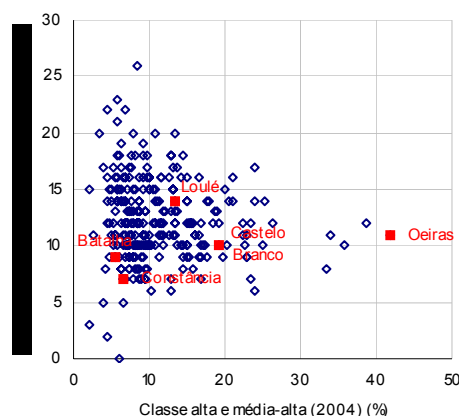
leva a colocar o problema, a nível da regulação do Sistema Educativo, da compatibilização entre as duas lógicas que podemos designar como de "equidade" e de "aferição", tensão cuja gestão não poderemos deixar de indagar nas políticas educativas municipais e nas práticas das organizações escolares.

**Para já, no que respeita a Oeiras, podemos observar que se afasta das tendências gerais nacionais de relação entre estes indicadores, dado que os seus resultados nos exames, tanto do 9ºano como do Ensino Secundário, se superiorizam sempre muito a essas tendências.**

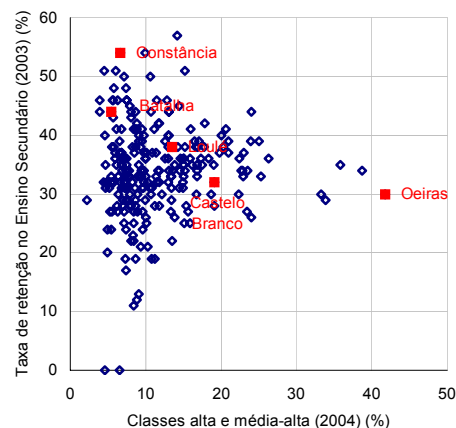
A razão determinante para a autonomização da segunda componente no plano factorial é, como dissemos, a dissociação das taxas de retenção relativamente à relação entre desigualdades sociais e resultados escolares, que estrutura a componente principal. Assim, as taxas de retenção comportam-se de maneira indiferente ao peso das classes média, média-alta e alta, que pelo contrário está ligado, bem como as variáveis socioeconómicas que lhe são inerentes (poder de compra concelhio e escolaridade média da "geração dos pais"), aos bons resultados nos exames. Limitamo-nos a apresentar os diagramas de dispersão relativos ao peso das classes média, média-alta e alta, onde é patente a inexistência de qualquer padrão de associação estatística com as taxas de retenção.

FIGURAS 37 A 40

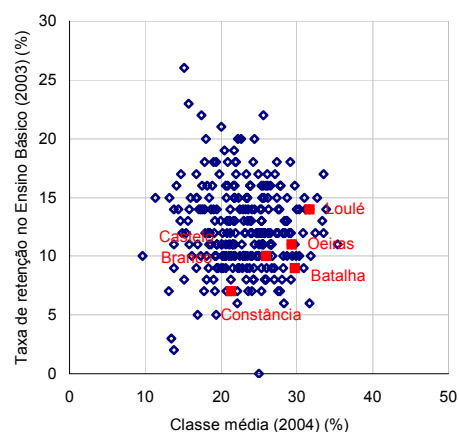
37 - Relação entre o peso das classes alta e média-alta e a taxa de retenção no Ensino Básico



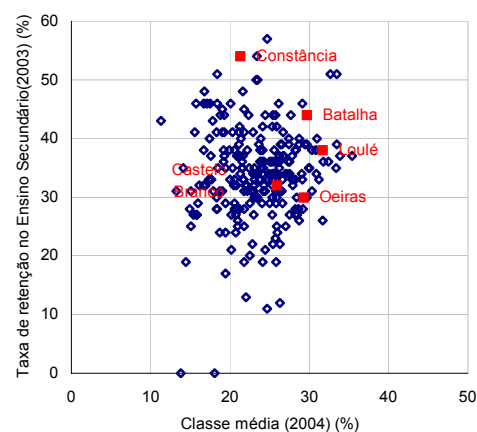
38 - Relação entre o peso das classes alta e média-alta e a taxa de retenção no Ensino Secundário



39 - Relação entre o peso da classe média e a taxa de retenção no Ensino Básico



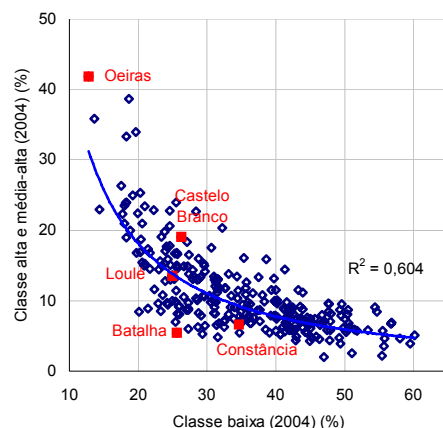
40 - Relação entre o peso da classe média e a taxa de retenção no Ensino Secundário



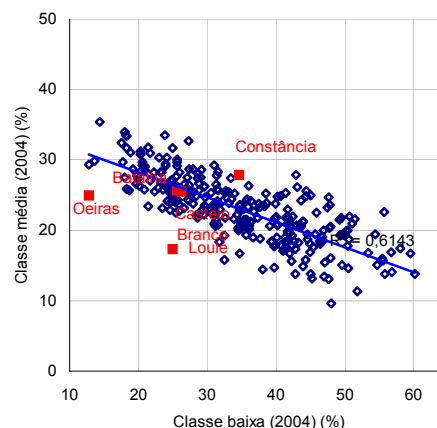
Ao explorar as relações estatísticas subjacentes à estruturação da componente 2 no plano factorial, a oposição contra-intuitiva que ela estabelece entre o peso do estrato médio-baixo e a retenção no Ensino Básico, associada ao peso do estrato socioeconómico mais baixo, é real. De facto, no que toca à estratificação socioeconómica, as oposições que estruturam as duas componentes são as correlações negativas significativas entre os pesos da classe baixa e os das classes média e média-alta, capturada no eixo 1 e associada aos resultados dos exames nacionais; e entre o peso da classe baixa e o da classe média-baixa, capturada no eixo 2 e associada à taxa de retenção no Ensino Básico.

FIGURAS 41 A 43

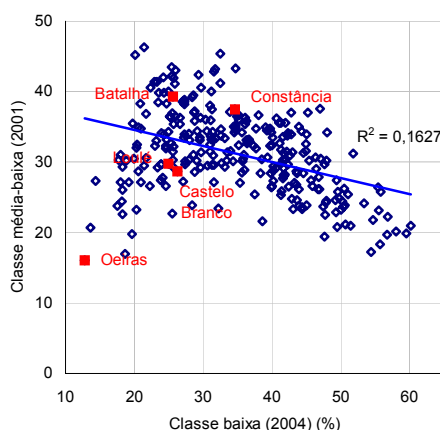
41 - Relação entre o peso da classe baixa e o peso das classes alta e média-alta



42 - Relação entre o peso da classe baixa e o peso da classe média



43 - Relação entre o peso da classe baixa e o peso da classe média-baixa



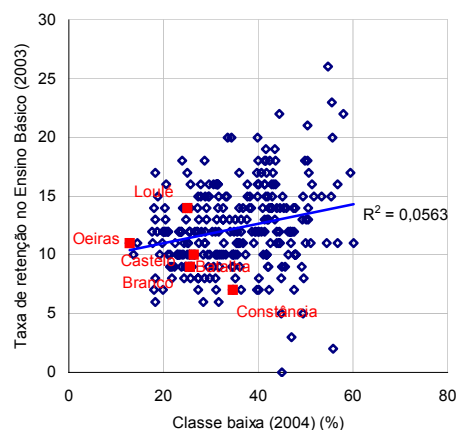
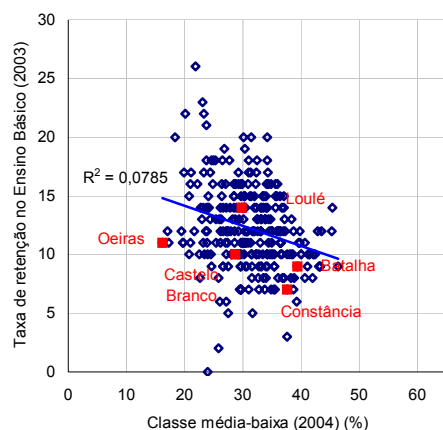
O que estrutura a componente 2, do ponto de vista dos resultados escolares, são os diferentes sucessos de incorporação das classes média-baixa e baixa no Ensino Básico, no tipo de resultados escolares em que as práticas das escolas exercem controle significativo: o das decisões de transição ou retenção dos alunos. Uma vez que, como vimos, o peso dos estratos sociais médios e superiores é indiferente para a variação das taxas de retenção concelhias, a desigualdade social com efeito significativo nos resultados escolares no Ensino Básico é a que se manifesta entre os estratos médio-baixo e baixo. Assim, podemos admitir que a "lógica de equidade" que acima supusemos produz mais efeitos nas oportunidades de sucesso escolar das crianças e dos jovens da classe média-baixa que nos da classe baixa. Esta hipótese basta para explicar a emergência da componente 2 no plano factorial, pela correlação negativa entre o peso da classe

média-baixa e as taxa de retenção no Ensino Básico e pela outra, positiva, entre o peso da classe baixa e a mesma taxa de retenção.

A existência destas correlações significativas e a independência da retenção no Ensino Básico dos pesos dos estratos mais favorecidos na população concelhia, bem como a elevada dispersão das situações concelhias em torno da tendência, levam a que o factor representado no eixo 2 se exima à lógica da desigualdade social subjacente ao factor 1, e exprima essencialmente efeitos específicos do próprio sistema escolar.

#### FIGURAS 44 E 45

43 - Relação entre o peso da classe média-baixa e a taxa de retenção no Ensino Básico      44 - Relação entre o peso da classe baixa e a taxa de retenção no Ensino Básico



Pensamos, nomeadamente, em variações entre as escolas, nas relações escola-meio social e na sensibilidade dos processos de avaliação interna relativamente à diversidade dos contextos sociais na aplicação do princípio de equidade, em contraste com os exames nacionais "cegos ao contexto" que o factor 1 associa fortemente às desigualdades sociais e que exprimem o princípio de aferição.

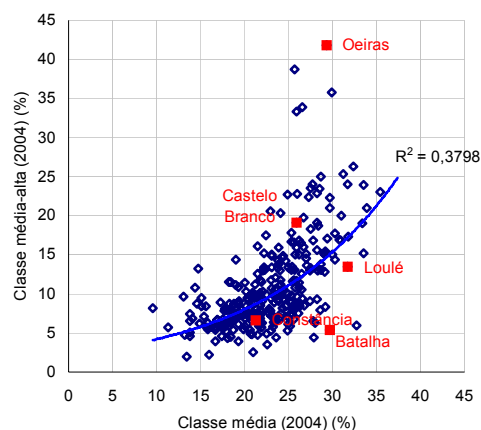
A este factor 2, assim, podemos admitir que subjazam, além de efeitos de variáveis não controladas nos contextos locais, essencialmente efeitos de funcionamento local do sistema escolar a que o estudo das organizações escolares da Rede deverá atender.

**No caso específico de Oeiras, há a registar que a sua taxa de retenção no Ensino Básico se situa claramente abaixo da tendência nacional da relação com o peso do estratos social médio-baixo, sendo praticamente coincidente com a tendência nacional na relação com o estrato baixo.**

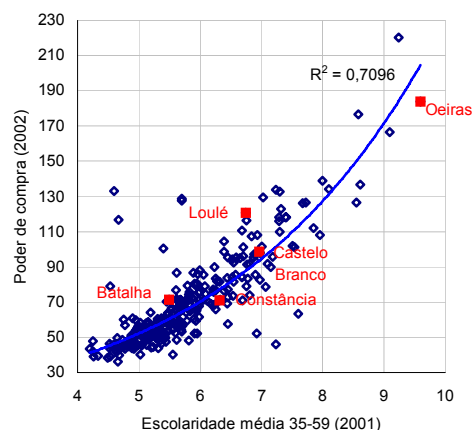
O grupo de variáveis facilmente identificado no plano factorial como o que apresenta maiores saturações na componente 1 (mas próximas de zero na componente 2), associa o Índice de Poder de Compra, o nível de escolaridade da "geração dos pais" e as classes sociais alta e média-alta e média. Trata-se de um conjunto de variáveis de contexto social fortemente correlacionadas entre si, cujos valores altos definem em grande medida o extremo positivo do factor 1.

#### FIGURAS 46 A 51

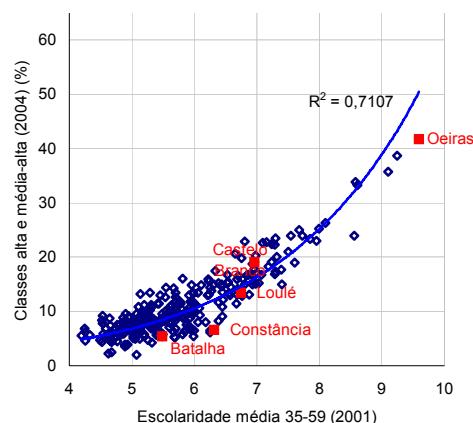
46 - Relação entre os pesos da classe média e das classes alta e média-alta na população residente



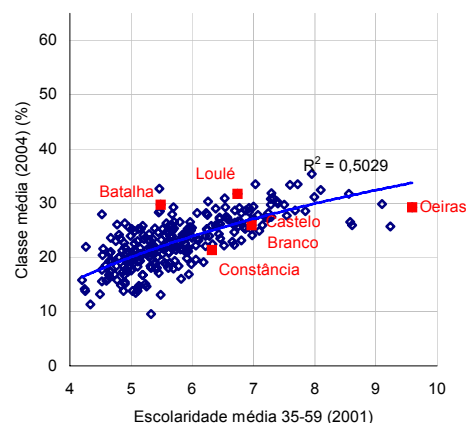
47 - Relação entre a escolaridade média da população (35-59 anos de idade) e o poder de compra concelhio



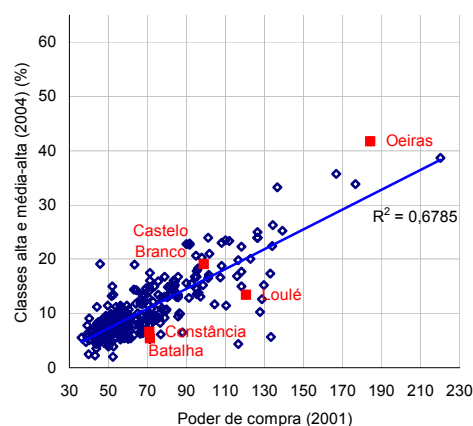
48 - Relação entre a escolaridade média da população (35-59 anos de idade) e o peso das classes alta e média-alta



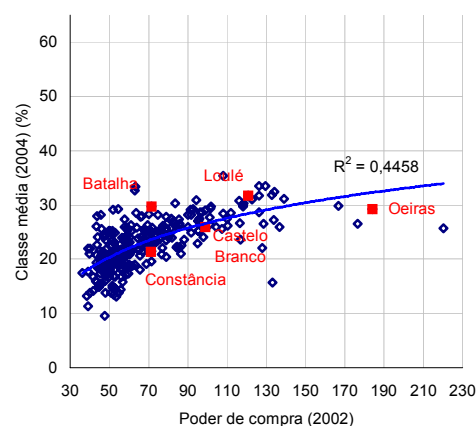
49 - Relação entre a escolaridade média da população (35-59 anos de idade) e o peso da classe média



50 - Relação entre o poder de compra concelhio e o peso das classes alta e média-alta



51 - Relação entre o poder de compra concelhio e o peso da classe média



Com uma correlação exponencial relativamente forte e um declive elevado, a relação entre os pesos dos estratos socioeconómicos médios e superiores das populações concelhias aponta para a presença de um volume significativo de classe média como condição necessária para a emergência de classes média-alta e alta em proporções significativas. Necessária, mas não suficiente: a partir do limiar de 30% da primeira, passam a ser raros, e por isso mesmo interessantes, os casos de concelhos com menos de 15% das segundas: é o caso, entre os concelhos da rede, de Batalha e de Loulé. Por outro lado, **um pequeno conjunto de outliers caracteriza-**



se como que por uma descolagem dos estratos superiores, acima do que a base de classe média faria esperar: é o caso de Oeiras, o concelho do país com maior proporção dos estratos mais elevados na sua população.

Além de ilustrar as elevadas correlações subjacentes à formação da principal componente factorial, a análise das dispersões deste conjunto de variáveis mostra o elevado impacto da escolaridade média da população como atributo definidor dos estratos socioeconómicos alto e médio-alto. Já no caso do estrato médio, embora a correlação seja também elevada, a dispersão é substancialmente maior e, sobretudo, o declive e a forma da regressão denotam um impacto bastante menor da escolaridade na composição da classe média. *Grosso modo*, as mesmas constatações aplicam-se à relação entre o poder de compra e a estratificação socioeconómica. Devemos notar que, em boa medida, estas relações são tautológicas, uma vez que tanto o nível de escolaridade como o rendimento familiar são indicadores constitutivos das variáveis de estratificação socioeconómica. Mais interessante, visto as definições operacionais das variáveis serem independentes entre si, é o elevadíssimo impacto da escolaridade média da população concelhia (na ampla faixa etária considerada) como preditor do seu poder de compra.

As posições dos concelhos da Rede mostram-nos bem distribuídos ao longo dos perfis de relações, ressalvado o facto de se encontrarem claramente acima das médias nacionais de escolaridade e de poder de compra. **No que toca especificamente ao concelho de Oeiras – que apresenta a mais elevada escolaridade média do país na faixa etária considerada –, podemos desde já diagnosticar que a sua posição revela um nível de poder de compra assente na presença de classes média, média-alta e alta com escolaridade elevada, superior à tendência nacional nestas relações; o que poderá indicar um modelo de produção e distribuição de rendimento muito mais dependente da aquisição de capital escolar do que o dominante no conjunto nacional. O cruzamento desta relação com a acima observada entre os estratos socioeconómicos médios e superiores sugere que, em Oeiras, a escolaridade e o poder de compra não se traduzem num maior peso socio-económico da classe média, mas sim das classes alta e média-alta.**

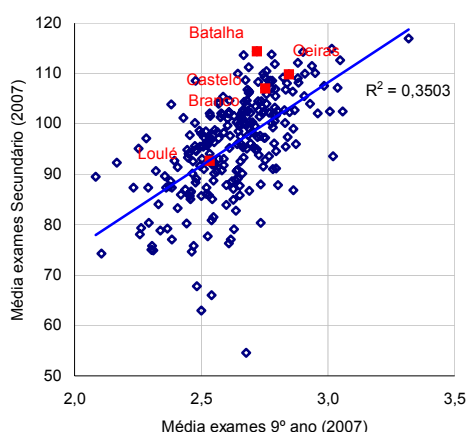
Um segundo grupo de variáveis associado a este integra os resultados de exames nacionais, tanto do 9.º ano como do Ensino Secundário. Este resultado revela consistência nos resultados de exames, na forma como se distribuem pelos diferentes concelhos do país e como estão associados com o peso das classes alta e média-alta, com a escolaridade da "geração dos pais" e com o poder de

compra concelhio. O pequeno afastamento introduzido pela componente 2 resulta do facto de os resultados altos nos exames se oporem às taxas de retenção, mas de estas não evidenciarem, como atrás foi dito, relação linear com as variáveis de contexto social associadas aos resultados elevados nos exames.

As relações subjacentes a este segundo grupo de variáveis podem ser sumariadas na forte correlação entre as classificações médias dos exames nacionais do 9.º ano e as dos do Ensino Secundário – quanto mais elevados os resultados dos exames do 9.º ano, mais elevados os do Secundário. Os concelhos da Rede aparecem distribuídos ao longo de um trecho amplo da relação, embora escapando completamente ao segmento negativo dos valores do 9.º ano. Todos, excepto Loulé, se situam em resultados do Ensino Secundário superiores aos previsíveis, face aos do 9.º ano, à escala nacional.

**FIGURA 52**

Relação entre as classificações médias nos exames nacionais do 9º ano e do Ensino Secundário

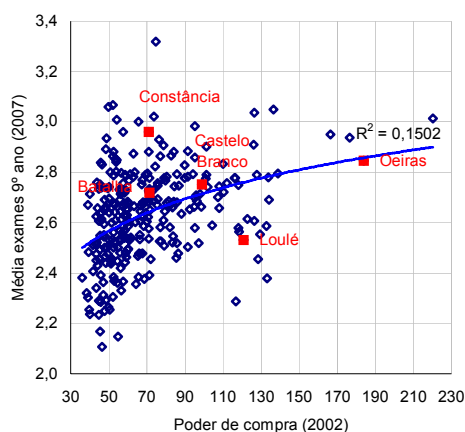


Mais interessante é a exploração das relações entre os resultados dos exames nacionais e o primeiro grupo das variáveis de contexto socioeconómico, com que vimos estarem associados no factor 1. Em todas observamos correlações positivas e estatisticamente significativas, mas de valores mais baixos do que os até aqui encontrados – como fazia esperar a dissociação entre os dois grupos de variáveis no eixo 2, que, segundo interpretámos, caracteriza os efeitos específicos de sistema escolar, na medida em que estes se autonomizam dos efeitos de contexto socioeconómico capturados no factor 1. Aparentemente, sem se sobreporem completamente à relação entre as variáveis socioeconómicas e os resultados dos exames, os efeitos locais de sistema escolar têm uma grande latitude de impacto na variação destes, precisamente nos concelhos em que os pesos das classes sociais mais favorecidas e dos seus capitais

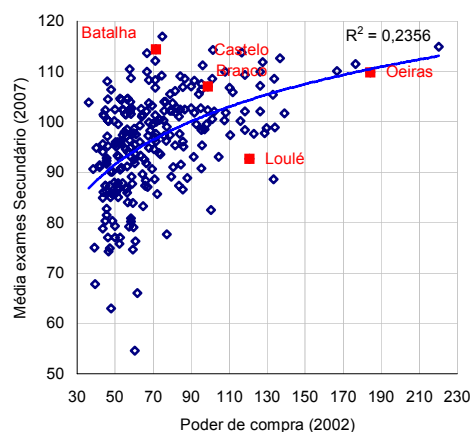
económico e escolar mais escasseiam, em que a dispersão dos resultados dos exames é enorme, variando entre resultados dos mais baixos e dos mais elevados à escala nacional. Podemos assim afirmar com segurança que, sem negar o peso dos determinismos sociais, há um amplo espaço para aprendizagens, entre escolas e organismos da Administração Local, sobre estratégias e práticas para mitigar ou superar tais determinismos.

#### FIGURAS 53 A 60

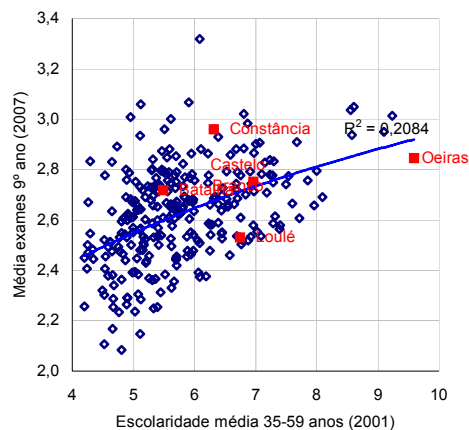
53 – Relação entre o poder de compra e as classificações médias dos exames nacionais do 9º ano



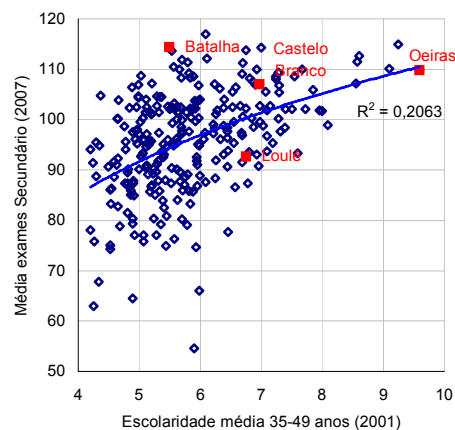
54 – Relação entre o poder de compra e as classificações médias dos exames nacionais do Ensino Secundário



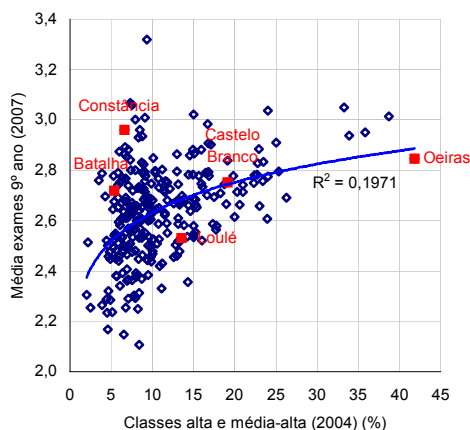
55 - Relação entre a escolaridade média da população (35-59 anos de idade) e as classificações médias dos exames nacionais do 9º ano



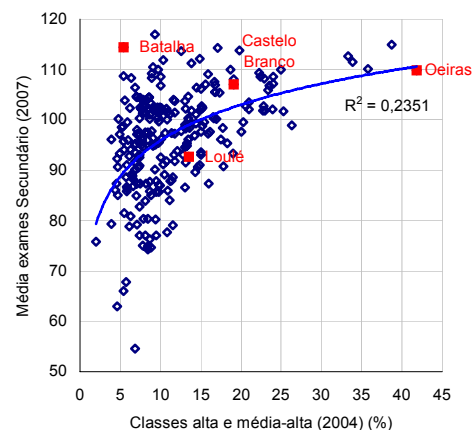
56 - Relação entre a escolaridade média da população (35-59 anos de idade) e as classificações médias dos exames nacionais do Ensino Secundário



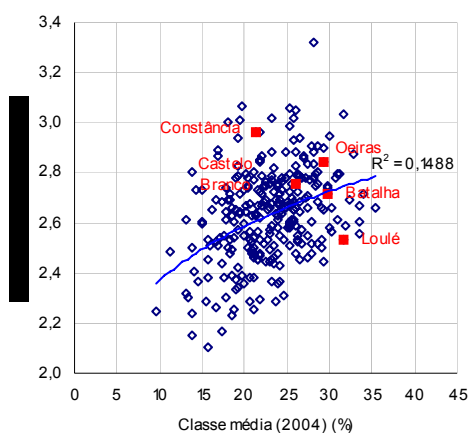
57 - Relação entre o peso das classes alta e média-alta e as classificações médias dos exames nacionais do 9º ano



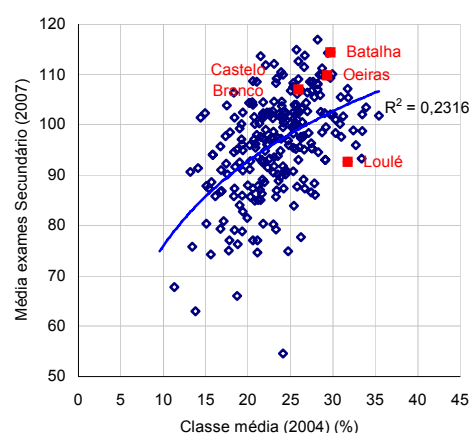
58 - Relação entre o peso das classes alta e média-alta e as classificações médias dos exames nacionais do Ensino Secundário



59 - Relação entre o peso da classe média e as classificações médias dos exames nacionais do 9º ano



60 - Relação entre o peso da classe média e as classificações médias dos exames nacionais do Ensino Secundário



Podemos constatar que, nas três variáveis de contexto socioeconómico mais fortemente correlacionadas entre si – poder de compra, escolaridade média da "geração dos pais" e peso relativo das classes alta e média-alta – se observam distribuições morfológicamente semelhantes, com elevada dispersão dos resultados dos exames nos valores mais baixos das variáveis independentes e acentuada redução da dispersão à medida que os valores destas aumentam. Embora as correlações se mantenham significativas, esse efeito desaparece na relação com o peso da classe média, devido à correlação por sua vez mais fraca desta variável com a detenção de capitais escolares e económicos elevados, como vimos acima.

Este padrão de dispersão sugere que, **nos concelhos com populações mais dotadas de capitais económico e escolar e com estatuto social médio mais elevado – como é destacadamente o caso de Oeiras –, esses factores ditam o essencial dos resultados dos exames**, ao passo que naqueles com populações mais desprovidas desses capitais, os resultados são muito mais contingentes e vulneráveis à influência de outras variáveis não observadas, nomeadamente de efeitos específicos de escola, captados no factor 2.

Finalmente, é de notar a diferença sistemática entre os valores de regressão segundo os ciclos de estudos: os resultados dos exames do Ensino Secundário são mais afectados pelas variáveis de contexto socioeconómico, com a única excepção da escolaridade média da população adulta, cujo efeito é praticamente idêntico nos resultados dos exames de ambos os ciclos.

A distribuição dos concelhos da Rede na mancha nacional sugere que eles apresentam uma latitude significativa de variação a explicar, além da atribuível aos seus contextos socioeconómicos gerais, acentuando o interesse da exploração, quer de factores contextuais mais pormenorizados, quer dos efeitos específicos das organizações e das práticas escolares.

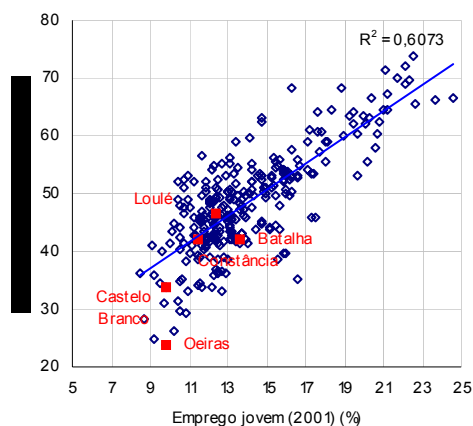
**No caso de Oeiras, em particular, observamos que este concelho obteve resultados de exames nacionais próximos da tendência nacional da relação com a escolaridade média da população adulta (mas um pouco inferiores os do 9º ano), e com o volume das classes alta e média-alta; e claramente acima da tendência nacional na relação com o peso relativo da classe média – o que certamente se deve ao efeito combinado das relações anteriores e do elevado perfil de escolaridade da classe média concelhia.**

Do lado contrário do eixo que exprime o factor 1, e com valores positivos médios a altos no factor 2, identificamos mais um grupo com três variáveis: emprego jovem, saída escolar precoce e desigualdade educativa. Associam-se no factor 1 ao abandono escolar e, apenas as duas últimas, à classe baixa. Mas distinguem-se desta no factor 2, aproximando-se da classe média-baixa, cujo peso está significativamente correlacionado com a taxa de emprego de jovens e a saída escolar precoce, mas não com a desigualdade educativa nem com o abandono escolar.

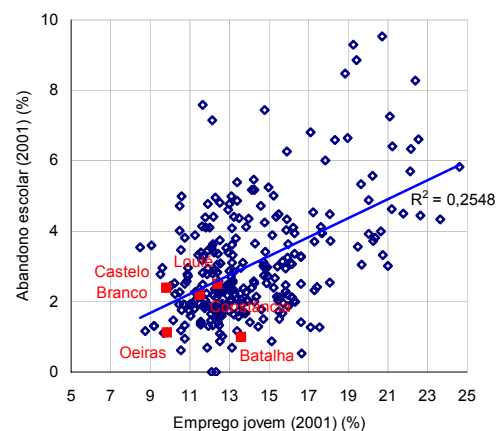
Estas associações identificam a taxa de emprego de jovens, indicador da prevalência de oportunidades de inserção precoce e provavelmente desqualificada no mercado de trabalho, como um possível factor de avaliação de custos de oportunidade da permanência no sistema de ensino para lá do nível ou da idade da escolaridade obrigatória, especialmente pelas famílias de classe média-baixa. Por seu lado, o peso da classe baixa aparece significativamente correlacionado, não só com a saída escolar precoce, mas também com o abandono escolar que provavelmente a antecede. O factor mediador parece ser aqui o défice de capital escolar traduzido no índice de desigualdade educativa, mais do que a inserção precoce no mercado de trabalho, que embora tenha uma correlação forte com o abandono escolar, não se apresenta correlacionada com o peso da classe baixa. Estes são factores cujas descrição, incidências e interações requerem investigação específica nos contextos escolares e socioeconómicos locais.

FIGURAS 61 A 72

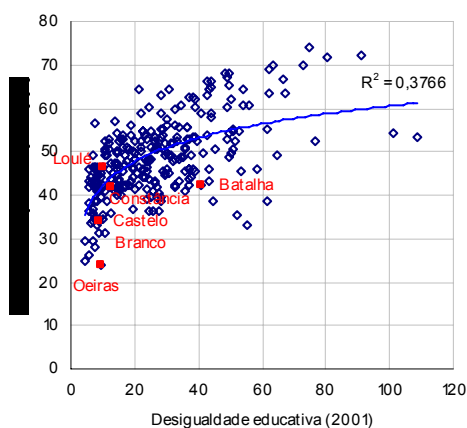
61 – Relação entre o emprego de jovens e a saída escolar precoce



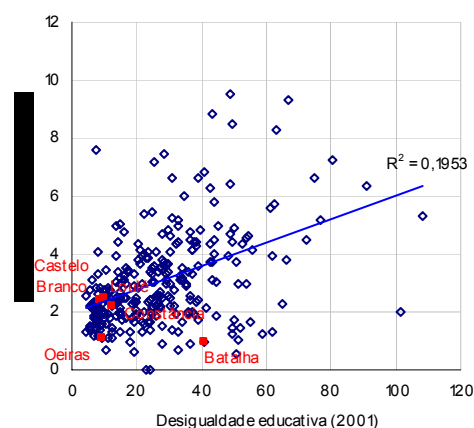
62 – Relação entre emprego de jovens e abandono escolar



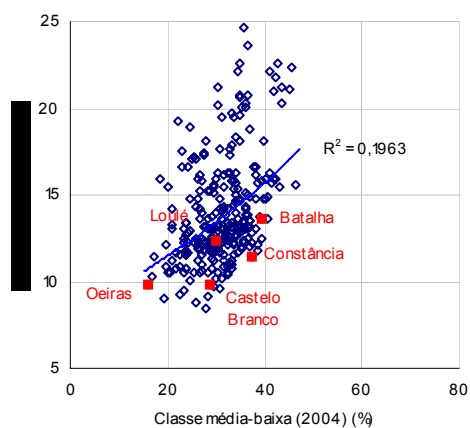
63 – Relação entre desigualdade educativa e saída escolar precoce



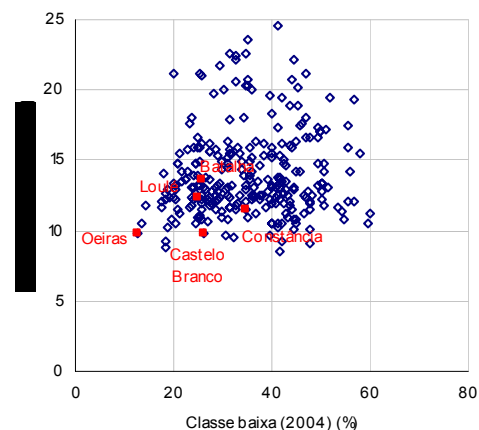
64 – Relação entre desigualdade educativa e abandono escolar



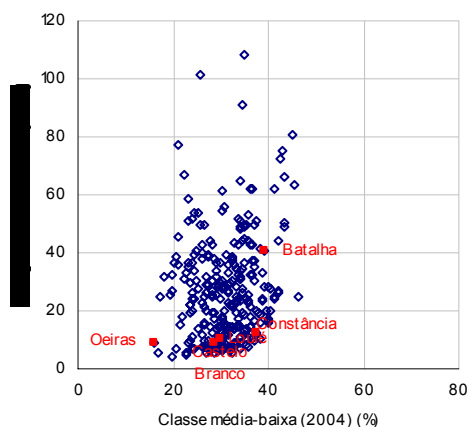
65 – Relação entre peso da classe média-baixa e emprego de jovens



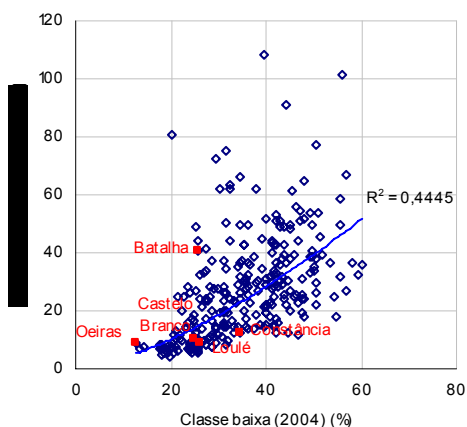
66 – Relação entre peso da classe baixa e emprego de jovens



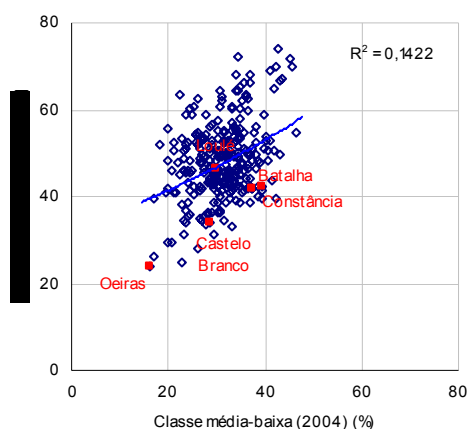
67 – Relação entre peso da classe média-baixa e desigualdade educativa



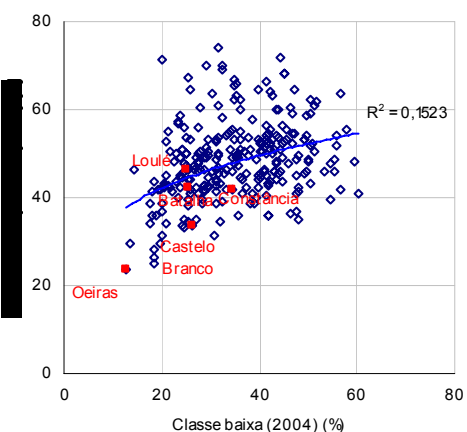
68 – Relação entre peso da classe baixa e desigualdade educativa



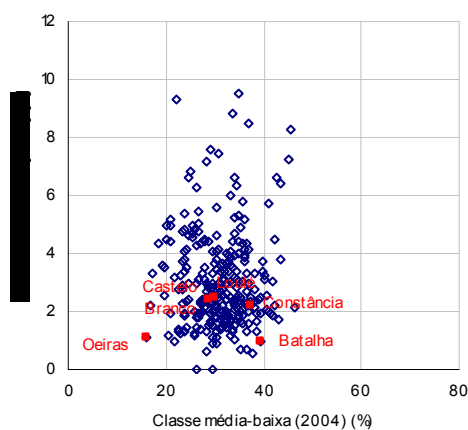
69 – Relação entre peso da classe média-baixa e saída escolar precoce



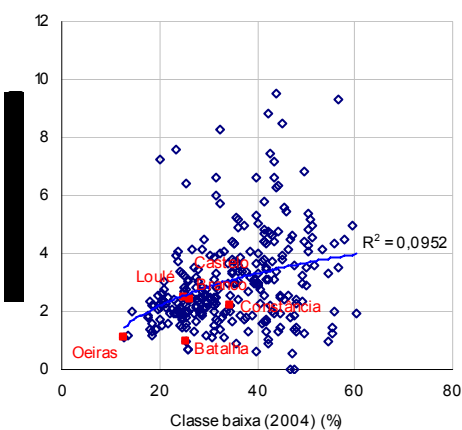
70 – Relação entre peso da classe baixa e saída escolar precoce



71 – Relação entre peso da classe média-baixa e abandono escolar



72 – Relação entre peso da classe baixa e abandono escolar





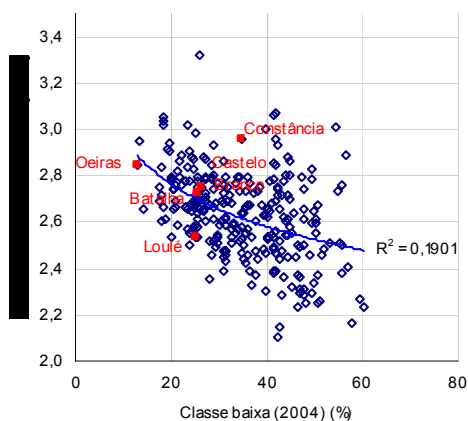
Em situação idêntica no factor 1, mas um pouco diversa pelos valores negativos ou positivo baixo no eixo 2, temos variáveis com saturações negativas da primeira componente: maior peso da classe baixa, incidência dos beneficiários de Rendimento Mínimo Garantido e abandono escolar. No essencial, as correlações pertinentes foram já comentadas acima, pelo que nos escusamos de as repetir. Associam-se, assim, as situações sociais mais desfavorecidas com o abandono escolar e com a taxa de retenção no Ensino Básico, opondo-se não só, como é evidente, aos valores elevados dos indicadores socioeconómicos, como também aos bons resultados nos exames.

Os concelhos da Rede, no seu conjunto, apresentam razoável diferenciação interna nas relações entre estas variáveis, embora tendam, em geral, para se situarem em níveis mais favoráveis nestas variáveis “negativas” de desempenho escolar (isto é, abaixo das curvas de regressão que exprimem as tendências de relação nacionais). **Oeiras apresenta sempre valores de saída escolar precoce muito inferiores ao que fariam prever as já de si muito baixas taxas de emprego de jovens, desigualdade educativa e presença de estratos médios e médio-baixos fariam prever. Também quase sempre abaixo das tendências nacionais, a taxa de abandono escolar coincide apenas com o relativamente escasso peso da classe baixa na população concelhia.**

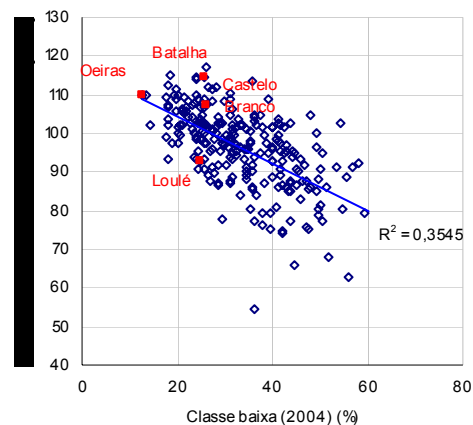
As oposições mais fortes, que combinam os dois efeitos subjacentes aos factores (efeito de diferenciação social e efeito de sistema escolar) são as verificadas entre os quadrantes simétricos (aproximadas às diagonais), acentuam a relação negativa entre os bons resultados dos exames do 9.º ano e a taxa de retenção no Ensino Básico, relação existente mas mais ténue no caso do Ensino Secundário, como já vimos acima; a relação igualmente negativa entre os resultados dos exames de ambos os níveis e o peso do estrato socioeconómico mais baixo e dos beneficiários de RMG na população residente; e, finalmente, a relação negativa entre, de um lado, o peso dos estratos socioeconómicos superiores e médio, a escolaridade da "geração dos pais" e o poder de compra concelhio, e do outro a taxa de emprego de jovens, a desigualdade educativa na população concelhia e a saída escolar precoce.

## FIGURAS 73 E 74

73 – Relação entre peso da classe baixa e resultados dos exames do 9º ano



74 – Relação entre peso da classe baixa e resultados dos exames do Ensino Secundário



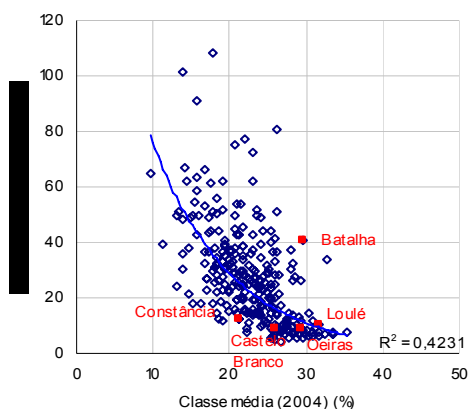
No que respeita à primeira oposição, ela é definida pelas correlações negativas entre o peso da classe baixa e os resultados dos exames de ambos os níveis. A correlação é consideravelmente mais forte nos exames do Ensino Secundário, mas mesmo aí, podemos ver que está longe de ser perfeita, apresentando uma dispersão grande dos pontos em torno da tendência central, o que mais uma vez acentua que, sem que possam ser negados determinismos sociais, estes se exercem em circunstâncias que ora os acentuam, ora os mitigam.

Idêntica dispersão pode ser constatada nas posições dos concelhos da Rede nestas relações. Em ambos os casos, **Oeiras os resultados de Oeiras praticamente coincidem com a tendência nacional, sendo conformes aos pequenos pesos relativos das classes média-baixa e baixa na sua população.**

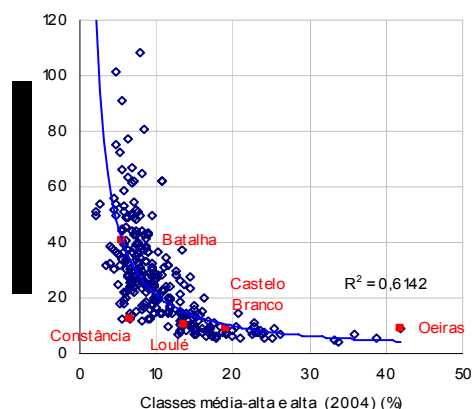
No que respeita ao segundo conjunto de oposições, e dado já termos explorado acima as elevadas correlações entre as variáveis de caracterização social, usaremos apenas os pesos das classes média e média-alta/alta, que no fundo resumem as restantes.

IGURAS 75 A 80

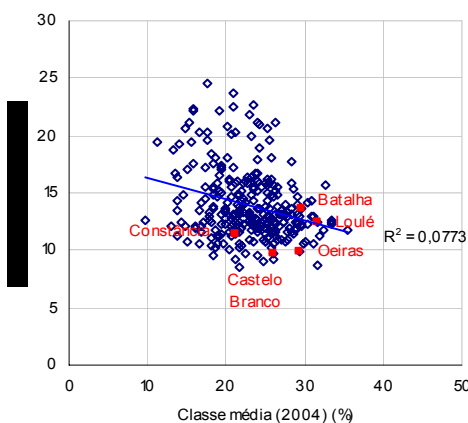
75 – Relação entre peso da classe média e desigualdade educativa



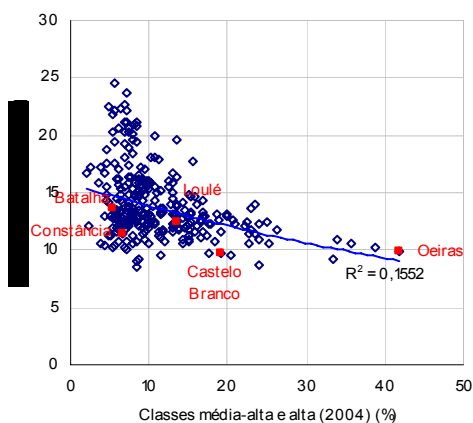
76 – Relação entre peso das classes média-alta e alta e desigualdade educativa



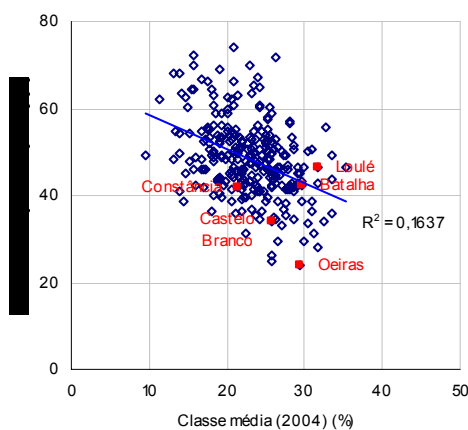
77 – Relação entre peso da classe média e emprego de jovens



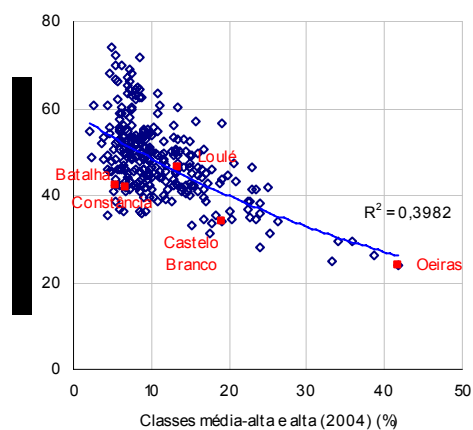
78 – Relação entre peso das classes média-alta e alta e emprego de jovens



79 – Relação entre peso da classe média e saída escolar precoce



80 – Relação entre peso das classes média-alta e alta e saída escolar precoce



Neste conjunto de oposições, vemos em primeiro lugar a estreita relação entre a composição social e a distribuição do capital escolar na população concelhia: quanto maior a presença dos estratos médios e altos, mais homogénea a distribuição das habilitações escolares, de modo mais intenso quando considerado o peso das classes alta e média-alta. Esta relação, naturalmente simétrica à acima encontrada entre o peso da classe baixa e a desigualdade educativa, acentua a importância da distribuição do capital escolar para a compreensão das polarizações sociais dos desempenhos escolares.

Em segundo lugar, é sobretudo o peso das classes média-alta e alta que inibe o ingresso de jovens no mercado de trabalho, que como já vimos é uma determinante da saída escolar precoce; embora nos concelhos com fraca expressão deste estrato na sua estrutura social a dispersão dos valores da taxa de emprego de jovens seja muito elevada, provavelmente por circunstâncias relacionadas com a estrutura das actividades económicas e dos mercados de emprego locais e regionais, reflectindo-se, por sua vez, na dispersão das taxas de saída escolar precoce. Em ambos os casos, o peso da classe média apresenta igualmente um efeito dissuasor, mas com correlações muito mais baixas e grande dispersão ao longo de toda a relação.

Podemos novamente constatar que os concelhos da Rede se encontram todos na metade superior da distribuição do peso da classe média, e distribuídos ao longo de todo o espectro de valores de peso das classes média-alta e alta, que, como vimos, é a principal determinante neste feixe de relações.

**O caso de Oeiras, no que toca à saída escolar precoce, apresenta um valor desta variável muito inferior à tendência nacional, para o respectivo peso da classe média, e praticamente coincidente com a tendência por relação ao seu elevado volume de classes média-alta e alta. No que se refere à empregabilidade jovem, está claramente abaixo dos valores da tendência nacional na relação com o peso da classe média, e só ligeiramente acima da tendência nacional na relação com as classes alta e média-alta. Relativamente às desigualdades educativas, Oeiras aproxima-se das tendências nacionais, com um valor ligeiramente superior apresenta valores superiores na relação com o peso das classes média-alta e alta, aproximando-se na classe média dos valores da tendência nacional**

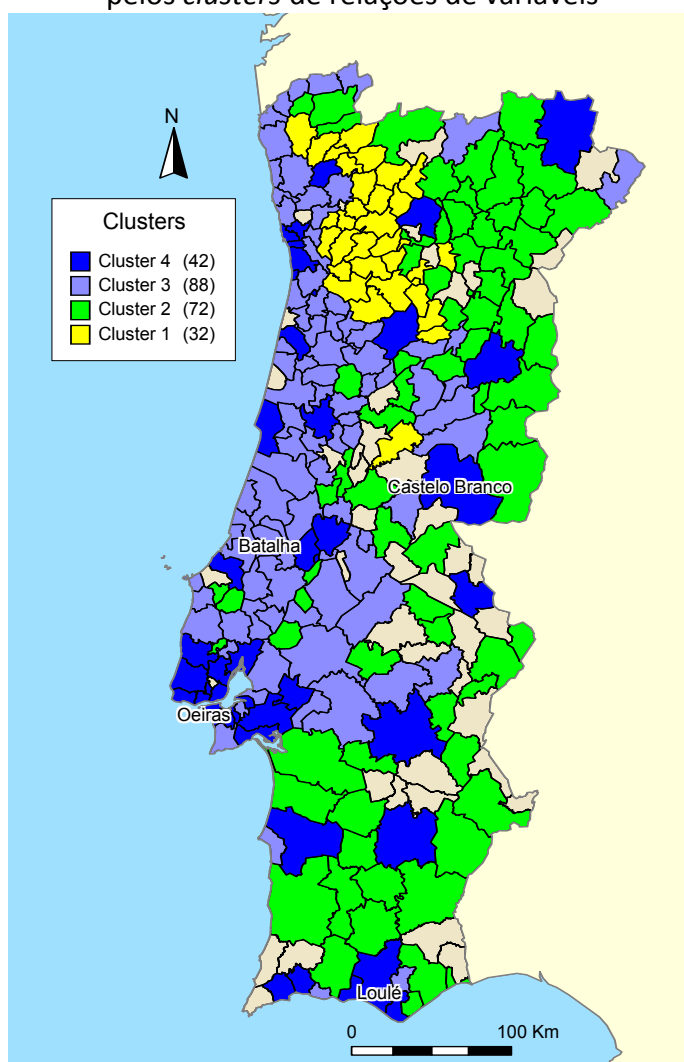
A operação seguinte tem por objectivo identificar os grupos de concelhos em função do peso das diferentes variáveis consideradas. Para o efeito recorreremos à análise de *clusters* que, em vez de associar

variáveis (indicadores), associa observações (concelhos). O resultado está expresso no cartograma da figura 81.

As principais linhas de diferenciação correspondentes a quatro *clusters* (tantos quantas as componentes consideradas relevantes, com valor próprio superior à unidade) são as seguintes:

1. No *Cluster 1* agrupam-se os concelhos com elevadas taxas de saída precoce, elevadas taxas de emprego jovem e níveis consideráveis de desigualdade de escolarização. Corresponde à região do Minho Interior, especialmente ao Vale do Tâmega.
2. No *Cluster 2* identificam-se os concelhos mais rurais do interior do país e também do litoral Alentejano, muito identificados com os grupos sociais de menores rendimentos e menor escolaridade.
3. No *Cluster 3* identificam-se concelhos de desenvolvimento intermédio, sem que exista uma associação forte com qualquer das variáveis.
4. No *Cluster 4* estão associados os concelhos mais urbanizados, quer do interior – em que se destacam praticamente apenas os concelhos sedes de distrito – quer do litoral, coincidentes com maior poder de compra mas também com maior concentração das classes médias urbanas, de elevada escolaridade.

FIGURA 81  
Distribuição dos concelhos do País  
pelos *clusters* de relações de variáveis



Considerando os Concelhos cujos Municípios integram a Rede ESCXEL, Castelo Branco, Oeiras e Loulé associam-se no *Cluster 4*, Batalha e Constância no *Cluster 3*<sup>2</sup>.

Identificadas as relações fundamentais ao nível macro, importa agora perceber como elas se revelam no conjunto dos cinco concelhos integrantes da Rede ESCXEL. Fá-lo-emos através do cruzamento sistemático das principais variáveis e identificando potenciais tendências expressas pelas funções de regressão que, não tendo significância estatística nem sendo passíveis de inferência, têm como

<sup>2</sup> O Concelho de Constância não foi considerado neste primeiro exercício dado que não apresenta resultados para o ensino secundário. Aplicando o mesmo exercício, mas sem a média das classificações de exame do 12.º ano, o concelho de Constância apresenta características muito próximas do da Batalha, integrando o mesmo *Cluster* (3).

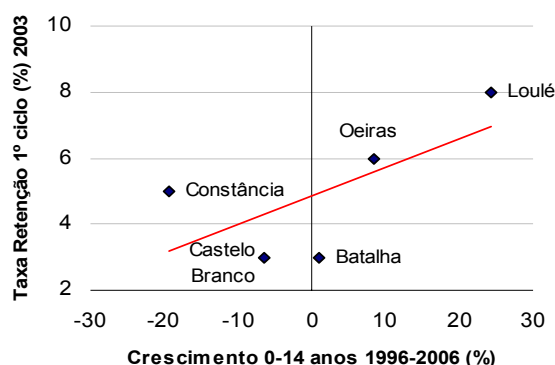
função organizar a análise descritiva dos dados para formular hipóteses sobre relações que lhes estejam subjacentes.

Vimos no primeiro capítulo deste relatório que os concelhos da Rede apresentam perfis de crescimento muito diferentes na faixa etária dos 0 aos 14 anos entre 1991 e 2006, desde o decréscimo acentuado de Constância ao não menos acentuado crescimento de Loulé. Pusemos então a hipótese de o crescimento mais ou menos amplo e brusco desta faixa etária ditar a maior ou menor pressão sobre o parque e as organizações escolares, com possíveis efeitos sobre os desempenhos destas. Começamos por explorar a relação desta variável, cingindo-nos ao período 1996-2006, com os indicadores de desempenho escolar no Ensino Básico (taxas de retenção nos 3 ciclos e resultados das provas de aferição do 4º e 6º anos e dos exames nacionais do 9º ano).

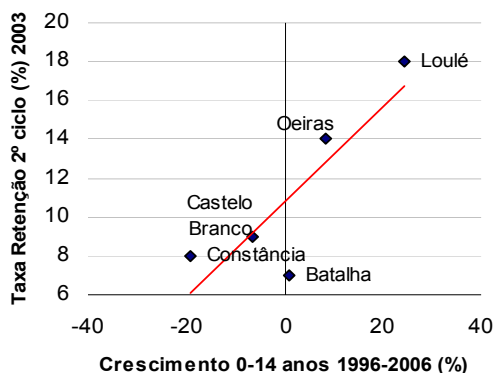
A distribuição das taxas de retenção relativamente às taxas de crescimento da faixa etária considerada parecem vir em apoio da hipótese proposta: tendencialmente, os concelhos da Rede em que a faixa etária do 0 aos 14 anos decresceu ou cresceu menos no período considerado apresentam maiores taxas de retenção no Ensino Básico, ressalvando no entanto que essa tendência é bastante menos clara no respeitante ao 3º ciclo, onde Castelo Branco e Batalha lhe escapam.

#### FIGURAS 82 A 84

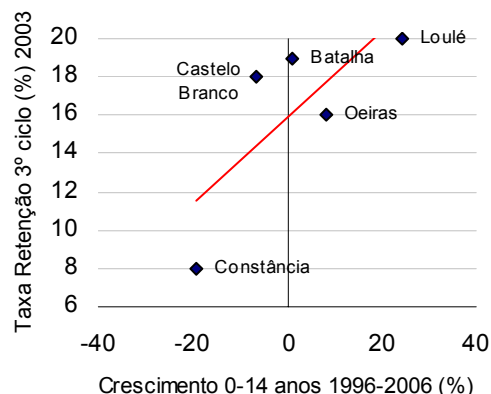
82 – Relação entre crescimento da população entre os 0 e os 14 anos e taxa de retenção no 1º ciclo do Ensino Básico



83 – Relação entre crescimento da população entre os 0 e os 14 anos e taxa de retenção no 2º ciclo do Ensino Básico



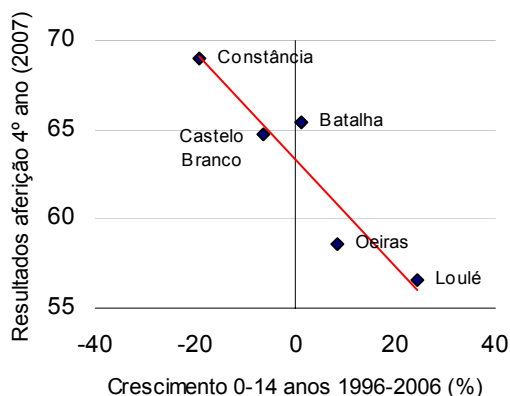
84 – Relação entre crescimento da população entre os 0 e os 14 anos e taxa de retenção no 3º ciclo do Ensino Básico



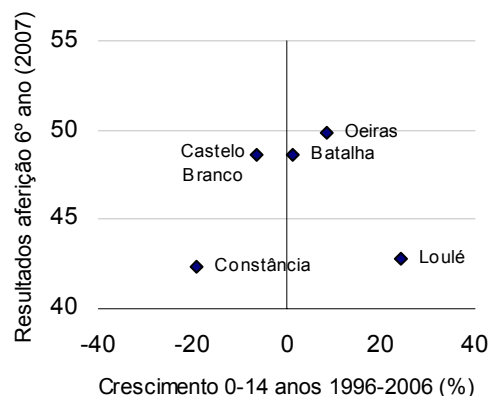
A existência de uma associação negativa entre crescimento da faixa etária dos 0 aos 14 anos e os resultados escolares é também fortemente sugerida pela distribuição dos resultados concelhios nas provas nacionais de aferição e de exame do 4º e do 9º anos, respectivamente. Pelo contrário, os resultados das provas de aferição do 6º ano distribuem-se de modo aleatório, havendo que recordar que já acima detectáramos que a sua distribuição nestes concelhos é fortemente anómala, por referência às outras provas nacionais.

#### FIGURAS 85 A 87

85 – Relação entre crescimento da população entre os 0 e os 14 anos e resultados das provas de aferição do 4º ano

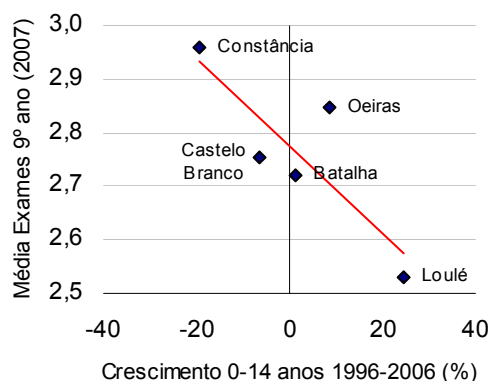


86 – Relação entre crescimento da população entre os 0 e os 14 anos e resultados das provas de aferição do 6º ano





87 – Relação entre crescimento da população entre os 0 e os 14 anos e resultados dos exames do 9º ano



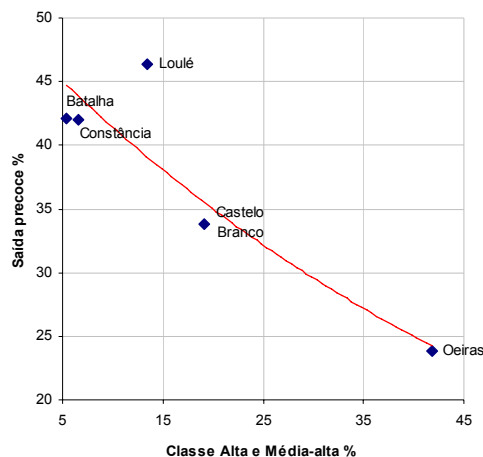
No seu conjunto, estas relações sugerem claramente que a pressão do crescimento demográfico sobre o volume e a organização dos recursos educativos poderá ser um factor a ter em conta na análise dos resultados escolares, e que o modo como esta pressão, onde se exerce, foi ou está a ser gerida deve ser um objecto de investigação em cada concelho.

**As relativamente elevadas taxas de retenção observadas em Oeiras coincidem com este padrão, de modo algo mitigado no 3º ciclo, bem como os fracos resultados de aferição do 1º ciclo, ao passo que os resultados dos exames de 9º ano se superiorizam claramente à tendência dos concelhos da rede na relação entre estas variáveis.**

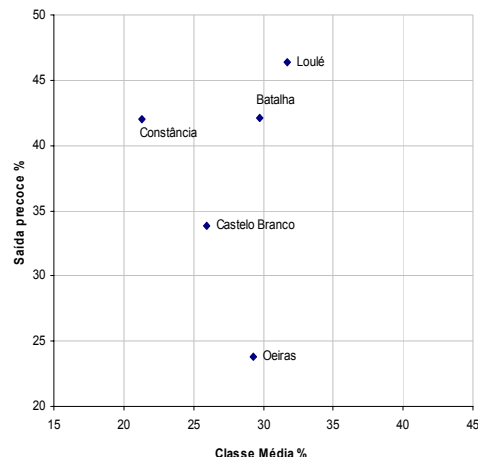
Continuando na exploração das relações observadas entre contextos socioeconómicos e resultados escolares, dado que os valores das taxas de abandono escolar se poderão considerar residuais, damos desde já a prioridade à compreensão dos contextos da saída escolar precoce.

# FIGURAS 88 a 91

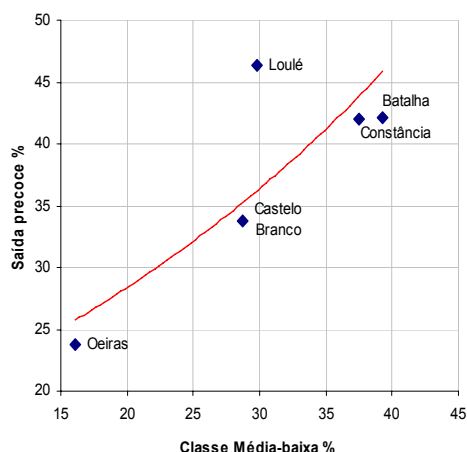
88 - Relação entre peso das classes alta e média alta (2004) e saída escolar precoce (2001)



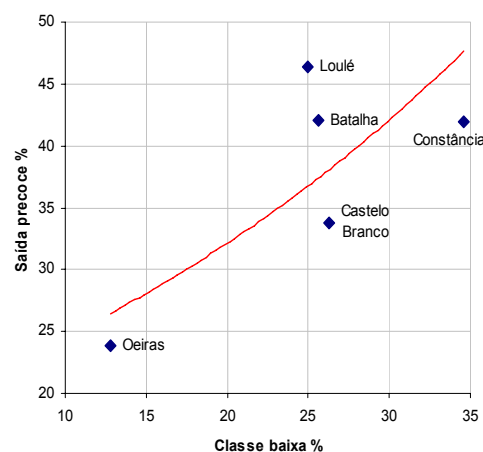
88 - Relação entre peso da classe média (2004) e saída escolar precoce (2001)



90 - Relação entre peso da classe média-baixa (2004) e saída precoce (2001)



91 - Relação entre peso da classe baixa (2004) e saída precoce (2001)



Como seria de esperar, e de modo consistente com as correlações encontradas à escala nacional, as variáveis que caracterizam a estratificação socioeconómica sugerem um padrão de relações com a saída escolar precoce. Esse padrão aponta para uma relação negativa desta com o peso das classes alta e média alta, e positiva com os pesos das classes média-baixa e baixa. O estrato intermédio (classe média), no entanto, não aparenta qualquer relação com a saída escolar precoce nos concelhos da Rede, embora se verifique uma correlação negativa significativa à escala nacional.

Comparando os concelhos da Rede, **Oeiras aparece como o socialmente mais "protegido" da saída escolar precoce pela elevada proporção de classes alta e média-alta, e pelas baixas proporções**

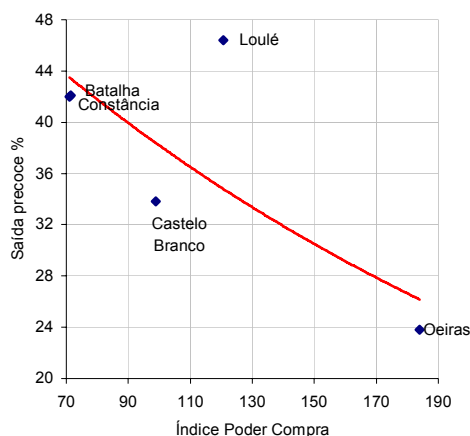
de classes média-baixa e baixa na sua população, seguindo-se de modo quase linear, Castelo Branco, Batalha, e Constância.

Loulé é o único que foge significativamente a esta disposição linear, com um valor de saída escolar precoce muito superior ao que seria de esperar neste padrão, em função dos seus indicadores de composição social.

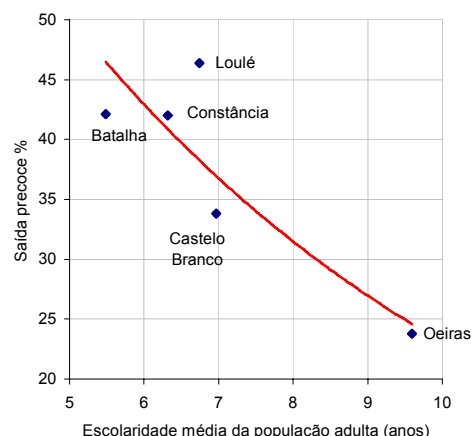
Para uma melhor compreensão da saída escolar precoce em cada um dos cinco concelhos, importa confrontar este indicador com outros dois que a análise nacional permitiu destacar, e que se encontram em relação muito estreita com os anteriores.

FIGURAS 92 E 93

92 - Relação entre poder de compra concelhio (2002) e saída escolar precoce (2001)



93 - Relação entre escolaridade média da população adulta e saída escolar precoce (2001)



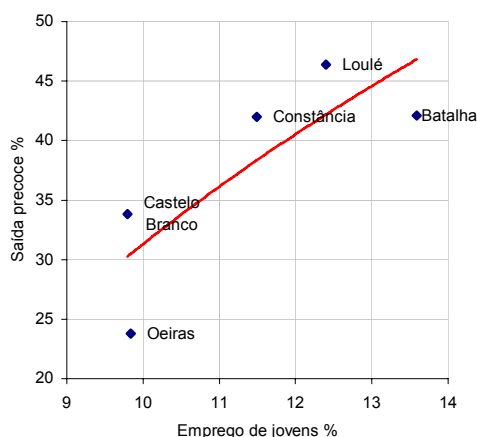
Como é evidente, a relação identificada a nível nacional projecta-se no conjunto dos cinco concelhos, de modo muito semelhante ao observado no indicador relativo ao peso das classes alta e média-alta. **O concelho de Oeiras apresenta, nestas duas situações, uma posição quase coincidente com o padrão linear de relação entre as variáveis, com a sua baixa taxa de saída precoce conforme ao elevado poder de compra concelhio e com a alta escolaridade média da sua população adulta.**

Uma outra variável que, como adiantámos acima, revela padrões interessantes de relação com a saída escolar precoce é a taxa de emprego de jovens entre 15 e 25 anos. Sendo, em teoria, determinada pelo cruzamento entre uma procura de trabalhadores jovens não qualificados e um dado nível de disposição dos jovens e

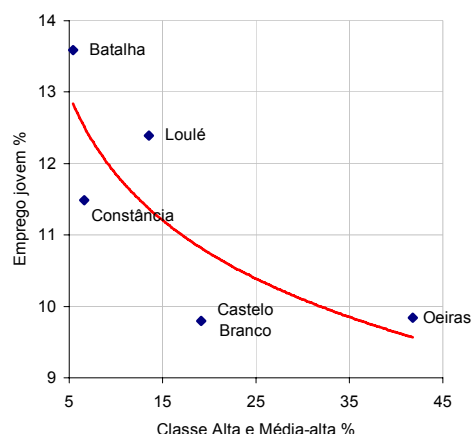
famílias para ingressarem nesse segmento da força de trabalho, a taxa de emprego de jovens aparenta também relações com alguns dos indicadores de estratificação socioeconómica.

#### FIGURAS 94 A 96

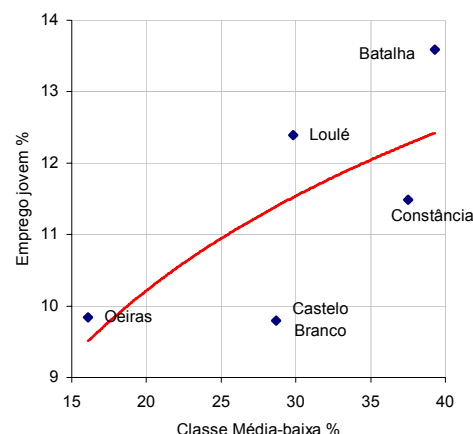
94 - Relação entre emprego de jovens e saída escolar precoce (2001)



95 - Relação entre peso das classes alta e média-alta (2004) e emprego de jovens (2001)



96 - Relação entre peso da classe média-baixa (2004) e emprego de jovens (2001)



Quanto à primeira relação, entre saída escolar precoce e taxa de emprego de jovens, sabemos-a fortíssima à escala nacional, e o padrão encontrado entre os concelhos da rede não a desmente: com uma relação quase linear, dir-se-ia estarem Oeiras e Batalha algo mais resguardados do que os restantes três concelhos, relativamente à sua taxa de emprego de jovens.

**Dado ser Oeiras um dos concelhos da Rede com menor taxa de emprego de jovens, em conformidade com a sua composição social elevada, é plausível ver nesta variável parte da explicação para a tendência da sua população jovem para prosseguir estudos além da**

**escolaridade obrigatória, afastando-se ainda significativamente, pela positiva, do padrão geral observado na Rede.**

No entanto, convirá aqui aprofundar a comparação com Castelo Branco, cuja taxa de emprego de jovens é idêntica à de Oeiras mas que se encontra com um valor de saída escolar precoce muito superior à deste último concelho, e mesmo acima da que seria de esperar segundo o padrão encontrado na Rede – tanto mais que em Castelo Branco a taxa de emprego de jovens é bastante inferior à esperada, segundo o padrão das suas relações com os indicadores de composição social observado na Rede (e que é inteiramente consistente com as correlações significativas encontradas à escala nacional).

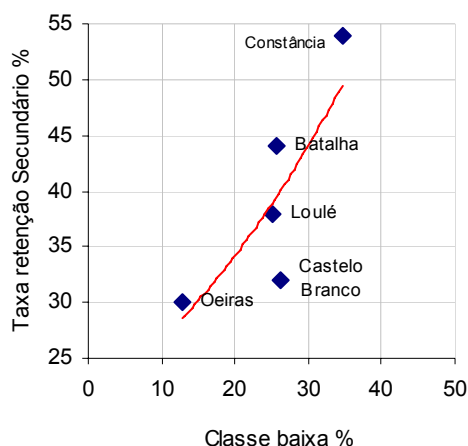
O segundo tipo de indicador de desempenho educativo que importa destacar é o da retenção em cada um dos ciclos de ensino. O senso comum e algumas abordagens teóricas tendem a fundamentar o abandono ou a saída precoce como resultado do insucesso expresso pela acumulação de retenções, e estas como consequência do limitado capital familiar dos alunos provenientes de famílias socialmente mais privadas de recursos económicos e culturais. Contudo, à escala nacional, as correlações destas variáveis apresentam elevada dispersão, sugerindo a necessidade de considerar outras variáveis explicativas. Nesta perspectiva, será interessante verificar como se comportam essas variáveis nos cinco concelhos da Rede.

Do ponto de vista da estratificação social, só encontramos padrões de associação com as taxas de retenção, nos 5 concelhos da Rede, relativamente ao Ensino Secundário. Recordamos que estas relações, mesmo quando significativas à escala nacional, revelavam elevada dispersão das taxas de retenção em todos os ciclos, não sendo por isso de admirar que a observação de apenas 5 concelhos faça sobressair os efeitos de múltiplos outros factores, sobrepondo-se aos efeitos da estratificação social. Nomeadamente, o que acima chamámos de efeito de sistema escolar ligado ao “princípio de equidade” no Ensino Básico.

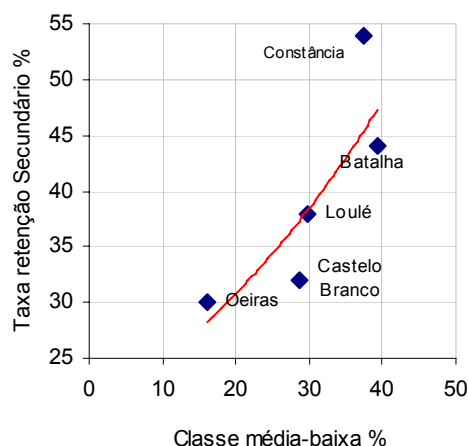
Pelo contrário, o peso da estratificação social parece fazer-se sentir na retenção no Ensino Secundário, de modo mais acentuado que o encontrado à escala nacional. Estas relações opõem o efeito protector do peso das classes alta e média alta ao efeito de vulnerabilidade associado ao peso das classes média-baixa e baixa e, relacionado com estes, ao nível de escolaridade média da “geração dos pais”.

FIGURAS 97 A 100

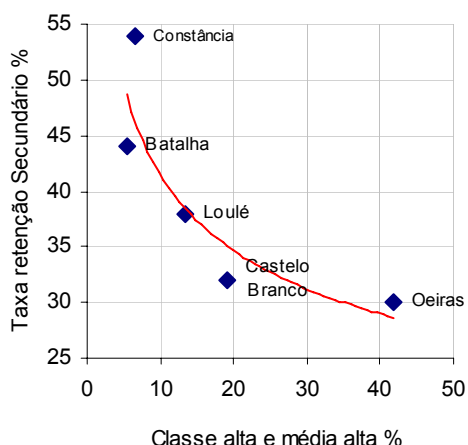
97 – Relação entre peso da classe baixa (2004) e taxa de retenção no Ensino Secundário (2003)



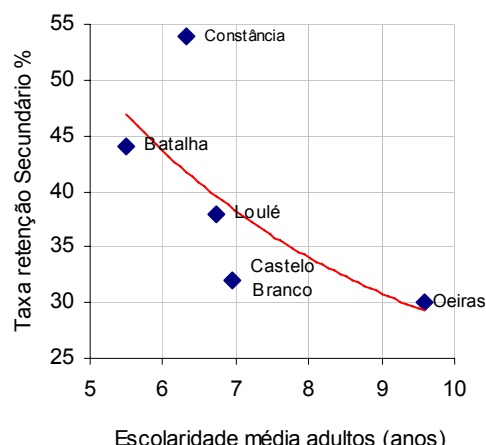
98 - Relação entre peso da classe média-baixa (2004) e taxa de retenção no Ensino Secundário (2003)



99 – Relação entre peso das classes média-alta e alta (2004) e taxa de retenção no Ensino Secundário (2003)



100 - Relação entre a escolaridade média da população (35-59 anos de idade) (2001) e taxa de retenção no Ensino Secundário (2003)



**Em todas estas relações, Oeiras apresenta valores praticamente coincidentes com o padrão observado na Rede, com baixas taxas de retenção no Ensino Secundário conformes com os seus valores nas variáveis de caracterização social associadas.**

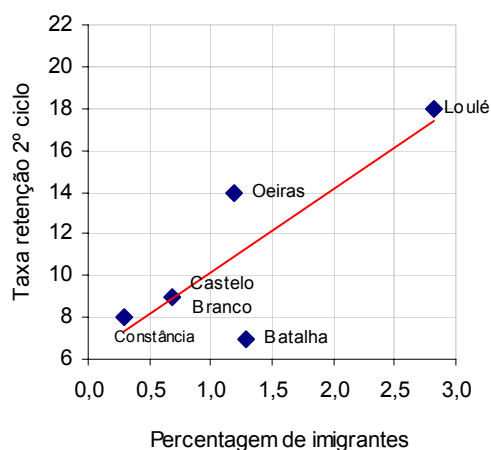
No que respeita aos resultados das provas de aferição e dos exames nacionais, ao contrário do que foi detectado à escala nacional, não encontramos quaisquer padrões sistemáticos que os associem às variáveis de estratificação social nos concelhos da Rede.

Uma outra variável de caracterização sociodemográfica, que não tivemos em conta na análise à escala nacional, ressalta nos concelhos

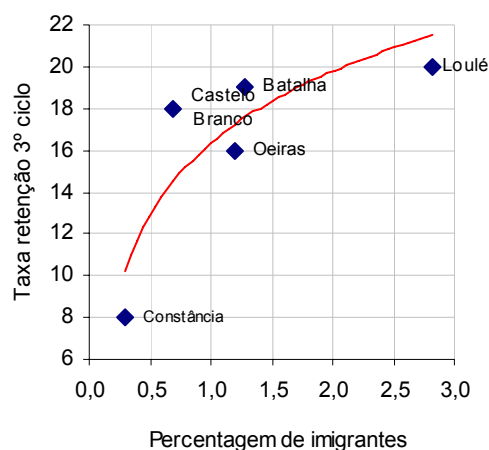
da Rede pela sua aparente ligação à retenção no Ensino Básico, mais especificamente no 2º e no 3º ciclos. Trata-se da percentagem da população residente originária de fora do país. É uma hipótese a explorar que a diversidade cultural e linguística, eventuais problemas de integração social e mais especificamente de integração escolar e de aprendizagem, criem barreiras à progressão escolar das crianças oriundas destas populações.

#### FIGURAS 101 E 102

101 – Relação entre peso de imigrantes (2001) e taxa de retenção no 2º ciclo (2003)



102 - Relação entre peso de imigrantes (2001) e taxa de retenção no 3º ciclo (2003)



Esta aparente associação torna-se especialmente importante no caso de Oeiras, cuja elevada taxa de retenção no 2º ciclo de escolaridade poderá estar relacionada com dificuldades de integração escolar de descendentes de uma população imigrante, sendo importante investigar a sua efectiva incidência nas realidades locais e escolares, e as estratégias que as organizações escolares têm vindo a desenvolver para lidar com ela.